



**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 20ª LEGISLATURA
COORDENADORIA DE TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES**

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE ÀS DROGAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA PARA DEBATER SOBRE O PROGRAMA ESTADUAL SAÚDE SEM DROGAS, REALIZADA NO DIA 2 DE ABRIL DE 2024, ÀS 18H30MIN, NO AUDITÓRIO DEPUTADA ANTONIETA DE BARROS DO PALÁCIO BARRIGA-VERDE

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS (José Motta Pires Filho) – Autoridades presentes, senhoras e senhores, boa noite. Sejam bem-vindos.

Nos termos do Regimento Interno do Poder Legislativo catarinense, damos início à audiência pública convocada pela Comissão de Prevenção e Combate às Drogas da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, atendendo requerimento do excelentíssimo senhor Deputado Estadual Ivan Naatz, que tem por objetivo debater o Projeto de Lei nº 085/2022, que cria o Programa Estadual Saúde Sem Drogas.

De acordo com o requerimento solicitando a realização desta audiência pública, o uso abusivo de substâncias entre os moradores de rua está diretamente ligado a questões de saúde pública, incluindo a propagação de doenças infecciosas e o comprometimento da qualidade de vida dessas pessoas.

Convidamos para compor a mesa as seguintes autoridades: o excelentíssimo senhor Presidente da Comissão de Prevenção e Combate às Drogas da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, Deputado Estadual Lucas Neves; o excelentíssimo senhor Presidente da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina e proponente desta audiência pública, Deputado Estadual Ivan Naatz; o excelentíssimo senhor Secretário de Estado da Segurança Pública de Santa Catarina, Deputado Carlos Henrique de Lima (Sargento Lima); a excelentíssima senhora Promotora de Justiça e coordenadora do Centro de Apoio Operacional dos Direitos Humanos e Terceiro Setor (CDH) do Ministério Público de Santa Catarina, Ana Luísa de Miranda Bender Schlichting; o senhor Secretário Municipal de Assistência Social de Florianópolis, Leandro Antônio Soares Lima, neste ato representando o Prefeito Topázio Silveira Neto; o senhor titular da Delegacia de Polícia de Pessoas Desaparecidas do Estado de Santa Catarina, Delegado Wanderley Redondo; a senhora presidente da Comissão de Direito da Saúde da OAB/SC, Janaína Lenhardt Palma, neste ato representando a presidente da Ordem dos Advogados do Brasil/SC, Cláudia da Silva Prudêncio; a senhora Secretária Municipal de Assistência Social de Campos Novos, Camila Girardi Borges; e o excelentíssimo senhor Deputado Estadual Maurício Peixer. (*Palmas.*)

Citamos e agradecemos a presença das seguintes autoridades e dos convidados que se apresentaram ao nosso Cerimonial: senhor responsável pela Secretaria de Programas Institucionais da Polícia Militar de Santa Catarina, Capitão PM Leonardo Rincon Stankiewicz Baccin; senhora assessora em Políticas Públicas da Fecam, Janice Merigo, neste ato representando o presidente Fabrício Oliveira; senhor presidente do Conselho Estadual de Entorpecentes, Fernando Henrique da Silveira; senhora Secretária Municipal de Assistência Social de São João Batista, Giselle Marciana de Paula; senhora Secretária Municipal de Assistência Social de Abelardo Luz, Cassiane dos Santos Nunes; senhora Secretária Municipal de Assistência Social de Itapiranga, Simone Aparecida Felin; senhora Secretária Municipal de Assistência Social de Lages, Cláudia Bassin; senhor Secretário Municipal de Assistência Social de Santa Terezinha, Gilson Elicker; senhor Vereador de Criciúma, Manoel Rozeng da Silva; senhores Vereadores de Ponte Alta, Daniel Ângelo Santos de Souza e Noel



Oliveira de Jesus; senhores Vereadores de Joinville, Brandel Junior, Wilian Tonezi e Luiz Carlos Sales; senhor presidente do Conselho Comunitário de Segurança do Centro de Florianópolis (Conseg Centro), Rodrigo Marques; senhor vice-presidente para Assuntos Públicos e Políticos da Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas de Santa Catarina, José Manoel Ramos; e senhor chefe de gabinete Andrey Sagaz Forte, neste ato representando o gabinete parlamentar do Deputado Estadual Marcos da Rosa.

Este Cerimonial convida o excelentíssimo senhor Presidente da Comissão de Prevenção e Combate às Drogas da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, Deputado Estadual Lucas Neves, para proceder à abertura desta audiência pública e, na sequência, fará a condução da mesma o Deputado Estadual Ivan Naatz.

Uma ótima audiência a todos e boa noite.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Lucas Neves) – Boa noite a todos. Sejam bem-vindos a esta Casa Legislativa.

Eu quero cumprimentar todos que compõem esta mesa e que hoje discutem um assunto importante a partir de um projeto de lei protocolado pelo Deputado Ivan Naatz, que foi o proponente desta audiência pública na Comissão de Prevenção e Combate às Drogas a fim de que pudéssemos, Secretário Sargento Lima, discutir um assunto que vem, a cada semana, a cada dia sendo debatido pela sociedade e que tem gerado medo nas pessoas por conta dos casos que envolvem moradores em situação de rua, dependentes químicos e casos de violência, e na semana passada nós tivemos um caso muito grave envolvendo um morador de rua.

Então, quase toda semana nós temos algum fato que chama a atenção e certamente essa discussão em torno do projeto do Deputado Ivan é fundamental para que possamos encontrar um caminho.

Diariamente nós nos deparamos com pessoas, pais e mães, que buscam de alguma maneira fazer uma intervenção, fazer um internamento de um filho que, às vezes, está em situação de drogadição, mas nós sabemos que não existe solução simples para um problema complexo como este e é evidente que nós temos que trabalhar em várias frentes.

Hoje cedo, na cidade de Lages, nós demos início a mais um circuito de palestras em uma escola, lotamos um auditório com quase mil estudantes, junto com os policiais proerdianos, e eu estive lá justamente para conscientizar. E quando nós nos deparamos com esse tipo de problema, sabemos da importância não só da prevenção, mas do combate e do tratamento. São questões fundamentais.

Então, que bom que nós pudemos hoje nos reunir aqui, e temos participando pessoas de vários Municípios e de várias frentes que certamente vão contribuir nesse processo de discussão a respeito de um projeto muito bem elaborado pelo Deputado Ivan e por toda a sua equipe e que vem sendo aprimorado nesta Casa durante a sua tramitação.

Portanto, que tenhamos todos uma excelente audiência pública e, neste momento, passo a condução dos trabalhos ao proponente, Deputado Ivan Naatz.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Obrigado, Deputado Lucas Neves.

Para que nós possamos otimizar o nosso debate, e temos presentes aqui pessoas estritamente ligadas ao setor, eu vou fazer a saudação aos membros da mesa de uma única de vez.

Então agradeço a presença do Deputado Lucas Neves; do Deputado Maurício Peixer; da Secretária Municipal de Assistência Social de Campos Novos, que aqui representa todas as Secretarias de Assistência Social, Camila Borges; da presidente da Comissão de Direito da Saúde da Ordem dos Advogados do Brasil, Janaína Palma, que neste ato representa a nossa querida presidente da OAB, guerreira, lutadora e que sempre está em defesa da nossa classe dos advogados. Leve, doutora Janaína, o meu



abraço à doutora Cláudia Prudêncio e o meu reconhecimento, como advogado, pelo exercício extraordinário que ela faz em defesa da nossa categoria, e não só ela, mas todos os membros da nossa Ordem dos Advogados do Brasil, subseção Santa Catarina.

A OAB tem feito um trabalho extraordinário e sempre que temos uma pauta aqui na Assembleia Legislativa que tem referência com o direito das pessoas, o direito do cidadão, a OAB se faz presente.

Eu quero também agradecer a participação do nosso querido Delegado Redondo, que é uma pessoa extremamente conhecida aqui em Florianópolis e comprometido com a pauta; do Secretário Municipal de Assistência Social de Florianópolis, Leandro Lima, neste ato representando o grande Prefeito Topázio, da Capital, que hoje vive a maior experiência de moradores de rua do Estado de Santa Catarina; da senhora excelentíssima Promotora de Justiça Ana Luísa Bender, do Ministério Público, que aqui engrandece o nosso trabalho; do excelentíssimo senhor Secretário de Estado da Segurança Pública, meu amigo particular, Deputado Carlos Henrique de Lima, o nosso querido Sargento Lima, grande Secretário da Segurança Pública; e, por fim, todos vocês que estão aqui para debater um tema extremamente importante, que é, principalmente, o combate à drogadição e a recuperação da saúde mental, numa mesma linha no que concerne aos moradores de rua.

Nós sabemos que uma parte desses moradores tem condição social prejudicada, ou seja, são pessoas que estão vivendo na rua por uma questão social, ou seja, porque perderam emprego, casa, família – eu conheço pessoas que vivem na rua por essa condição e que não têm nenhuma relação com álcool ou com droga. Mas nós temos um grande número de pessoas que vive na rua em decorrência da drogadição.

Eu vou mostrar alguns dados a vocês antes de efetivamente falarmos sobre o nosso tema.

(Utiliza imagens projetadas para ilustrar a sua manifestação.)

Panorama geral dos moradores em situação de rua, internações e problemas de dependência química em Santa Catarina. Esse é o objetivo do nosso debate aqui na Assembleia. E eu queria mostrar para vocês alguns levantamentos que nós fizemos para dar início ao nosso bate-papo.

Em relação aos dados que trouxemos, já quero fazer uma observação: a dificuldade de você conseguir dados. Não existe um local no Estado de Santa Catarina em que se possa colher esses dados. Embora a lei federal estabeleça que os Estados têm a obrigação de colher os dados da dependência química e dos moradores de rua, no combate à política da drogadição no País, os dados ainda são muito raros, é muito difícil você conseguir os dados.

Em 2019, ou seja, antes da pandemia, nós tínhamos catalogadas 3.600 pessoas vivendo nas ruas de Santa Catarina, sendo que uma grande concentração estava em Florianópolis, 956 pessoas viviam aqui em Florianópolis; depois vem o Município de Itajaí, com 301 moradores de rua; Joinville, que embora sendo a maior cidade de Santa Catarina, tem um terço dos moradores de rua da Capital; Blumenau, com 196; e Lages, com 182 – depois nós vamos disponibilizar esses números para vocês, para que possam ter esses dados com mais precisão.

E desses moradores de rua, aquela fatia em azul mais claro (*aponta para a imagem*) mostra a quantidade de homens e a de azul mais escuro mostra a quantidade de mulheres. Portanto, vemos que existe uma grande concentração de masculinos como moradores de rua no Estado de Santa Catarina.

Os dados que nós colhemos são de que muitos desses moradores de rua são pessoas que vêm de outros países. Nós temos moradores de rua da Venezuela, do Uruguai, da Argentina, do Paraguai, do Haiti, da Bolívia, do Chile, da República Dominicana, de El Salvador, do Peru e de Serra Leoa, que foram catalogados, não são brasileiros, e vivem nas ruas aqui no Estado de Santa Catarina. Portanto, tem quase uma seleção internacional de moradores de rua no nosso Estado.



Agora vamos mostrar os números que efetivamente chamam bastante a nossa atenção. Em 2023, já números mais atualizados de moradores de rua em Santa Catarina, passamos a ter 9.971 pessoas vivendo em situação de rua no Estado, significando que nós tivemos um crescimento de 6.000 pessoas de 2019 para 2023, ou seja, em cerca de 4 anos a população de rua aumentou 6.000 pessoas em Santa Catarina. E dessas 9.971 pessoas que vivem em situação de rua, 7.289 recebem o auxílio do Bolsa Família. Então nós temos cerca de 80% das pessoas que vivem na rua recebendo auxílio do governo federal e outras 2.000 pessoas aproximadamente não têm nenhuma espécie de renda ou assistência social do governo.

É importante observar que após a pandemia o número de moradores de rua subiu significativamente. Eu considero esse um dado extremamente importante, ele efetivamente nos chama a atenção: nós temos 6.000 pessoas a mais morando na rua em cerca de quatro anos. [*Transcrição: Fabiano Antônio de Souza / Leitura: Siomara G. Videira*]

Há alguns anos nós conseguíamos ver os moradores em situação de rua um pouco distantes da nossa realidade. Por exemplo, nós só conseguíamos ver moradores de rua em São Paulo, em Belo Horizonte, no Rio de Janeiro, mas de um tempo para cá nós conseguimos ver moradores de rua até nas pequenas cidades de Santa Catarina, em quase todas as cidades catarinenses é possível presenciarmos pessoas morando na rua, não é?

Então esses números são impressionantes por ordem do crescimento vegetativo, muito rápido. É como se quem está morando na rua [começasse] a chamar outro, chamar outro e chamar outro, e vai criando sociedades de moradores de rua. É isso o que nós temos observado e o que os números têm indicado, que cada vez mais pessoas estão optando por morar na rua. E eu queria dizer para vocês também que não é uma realidade somente do Brasil. Eu vim essa madrugada de Berlim, passei a Páscoa lá, e nós temos a mania de achar que lá todo mundo é rico, milionário, mas em Berlim é possível ver muitas pessoas morando na rua, não é? Então, não é um fenômeno genuinamente brasileiro, é um fenômeno mundial, mas claro, efetivamente o nosso foco é a questão do Estado de Santa Catarina.

Nós fizemos um levantamento para descobrir como é a estrutura, porque a lei federal de combate à drogadição determina os critérios, os investimentos e estabelece a política pública de combate à drogadição, enfim, todos os objetivos fundamentais para que o combate à drogadição não seja apenas a letra da lei, mas seja uma realidade. E nós fomos fazer um levantamento dos Municípios em que há alguma estrutura para atendimento às pessoas que vivem na rua e observamos o seguinte: 3 Municípios de Santa Catarina apresentam acolhimento em repúblicas, então é possível encontrar acolhimento, em repúblicas, em Municípios catarinenses; 114 Municípios de Santa Catarina desenvolvem trabalho de abordagem social, e aí o número já cresce significativamente, ou seja, aquele pessoal que vai e conversa com o morador de rua e tenta descobrir de onde ele veio e se efetivamente ele precisa de algum recurso para voltar para a sua cidade, se ele deseja se recolocar no mercado de trabalho - vocês que são profissionais da área sabem que a abordagem social é aquela que faz o levantamento, que faz a conversa, que faz a apresentação da estrutura que o Município tem para poder atender cada uma dessas pessoas; apenas 4 Municípios do Estado possuem Restaurante Popular para dar atenção aos moradores de rua; 9 Municípios possuem alguma espécie de atendimento aos moradores de rua por meio do Centro POP; e 102 Municípios possuem alguma espécie de cadastro, alguma espécie de política pública, alguma espécie de oferecimento de assistência a essas pessoas.

Então, Deputado Lima e Deputado Peixer, dos 295 Municípios do Estado, apenas 102 Municípios oferecem alguma estrutura para os moradores de rua, portanto nós temos uma deficiência de quase 200 Municípios que não têm nenhuma espécie de atenção aos moradores de rua.



A cidade com dados mais atualizados e que podem ser efetivamente constatados, conferidos, a cidade que tem mais, vamos dizer, preocupação com o tema, e não é porque o Secretário está aqui, mas é a cidade que tem mais identificação com o tema, onde nós podemos colher dados com mais precisão é a cidade de Florianópolis. A cidade de Florianópolis, como vocês podem ver aí (*aponta para a imagem*), tem dados praticamente exatos dos moradores de rua – só não são exatos porque hoje você tem um grupo morando na rua, mas amanhã resolve ir para Criciúma, vem um grupo de Criciúma para cá ou um grupo daqui vai para Joinville e um grupo de Joinville vem para cá. Eles são nômades, mas é possível fazer uma espécie de levantamento.

Então nós tínhamos catalogados aqui em Florianópolis – e eu quero mais uma vez parabenizar a Prefeitura de Florianópolis por esse trabalho – 779 moradores de rua homens e 189 moradores de rua mulheres, totalizando 968 pessoas. Nós também conseguimos identificar, diante dos dados que nós colhemos na Secretaria de Assistência Social da Prefeitura de Florianópolis, que 123 moradores de rua são daqui de Florianópolis, são pessoas que efetivamente escolheram morar na rua, mas são filhos de Florianópolis que deixaram de morar com os seus pais, nos lares que têm, e optaram em morar na rua – é um número considerável, Secretário Lima, é um número elevado de pessoas que deixaram os seus lares e optaram por morar na rua; de outras cidades do Estado são 178 pessoas em situação de rua em Florianópolis; e a grande maioria, 667, é de moradores de outros Estados da Federação, pessoas que não têm nenhuma relação com Florianópolis, nem com Santa Catarina. Então, dos 968 moradores de rua de Florianópolis, cerca de 660, ou seja, 60% são de outros Estados, gente que optou por sair lá de São Paulo, do Rio de Janeiro, da Bahia, enfim, para ocupar as ruas de Florianópolis. Os números são preocupantes.

Com relação à drogadição, só conseguimos receber os dados de 2017. Por isso que esta audiência é tão importante, porque nós precisamos ter os dados atualizados, e depois na conclusão nós vamos falar disso, nós precisamos saber o que está acontecendo, nós precisamos ter pesquisas, nós precisamos ter gente na rua, nós precisamos ter os números, nós precisamos ter informação, nós estamos trabalhando hoje com as nuvens em relação à drogadição e em relação aos moradores de rua de Santa Catarina. É uma crítica que precisa ser feita: nem o Estado possui os dados, nem a maioria das Prefeituras possui os dados para podermos fazer um rastreamento dessas pessoas. Na advocacia nós sempre falamos, não é, doutora, que para enfrentar um problema é preciso conhecê-lo.

Então, os dados de 2017 nos mostram que 800 pessoas viviam nas ruas aqui em Florianópolis, sendo que 80% dessa população de rua, dados de 2017, consumia *crack*. Isso é importante nós dizermos para as pessoas, a sociedade tem que compreender que os moradores de rua, na grande maioria, são viciados e [principalmente] em *crack*. E existem 155 Municípios catarinenses que possuem uma população menor que o total de moradores de rua em Santa Catarina, moradores de rua e usuários de *crack*. Então é uma coisa que está contaminada por todo o Estado e não há privilégio no que concerne aos moradores de rua.

O pessoal aqui veio lá de Ponte Alta, uma cidade pequena do interior de Santa Catarina, que tem problema com drogadição, que tem problema com moradores de rua. Os números são verdadeiramente assustadores e no que concerne à desatualização dos dados, isso é grave, porque a lei federal determina que os dados sejam atualizados, pois sem dados nós não conseguimos fazer uma política pública de enfrentamento, nem fazer uma política pública orçamentária para poder fazer o enfrentamento dos moradores de rua.

O combate à drogadição em Santa Catarina consiste praticamente no trabalho das comunidades terapêuticas, não há uma rede estadual preparada para a internação, para o tratamento e para a recuperação. A rede estadual se resume a poucas casas – nós vamos ver mais à frente –, não há efetivamente uma estrutura no Estado de Santa Catarina que possamos dizer que está pronta para enfrentar um morador de rua, por



quê? Pelo seguinte: se nós queremos recuperar e se nós queremos recolher o morador de rua, vamos colocar onde? Onde nós vamos colocar, se não temos uma política pública eficaz no combate à drogadição, na recuperação dos moradores de rua?! As comunidades terapêuticas têm um papel importante, são a principal fonte de combate à drogadição em Santa Catarina, de recuperação de drogados, e têm uma característica importante, porque elas só aceitam internação voluntária. As comunidades terapêuticas que têm convênio com o Estado de Santa Catarina só aceitam internar se for voluntário, involuntário não aceitam.

Santa Catarina possui 87 comunidades terapêuticas cadastradas aptas a receber convênios com os Municípios e com o Estado. Nós tentamos descobrir quantas vagas, doutora, essas 87 casas oferecem, mas não foi possível, não sabemos quantas vagas essas comunidades terapêuticas têm à disposição. Nós sabemos que 87 comunidades são cadastradas, mas não sabemos quantas vagas estão disponíveis para esse público de dez mil pessoas que está na rua. Então é uma situação bastante preocupante, porque, volto a dizer, nós queremos fazer uma política pública de combate à drogadição e sem dados.

E eu preciso mais uma vez falar de Florianópolis, porque Florianópolis é a única cidade do Estado de Santa Catarina que instituiu – agora Chapecó também tem um programa paralelo –, por meio da Lei Municipal 19.044/2024, a internação involuntária, utilizando-se do Instituto de Psiquiatria como referência para encaminhar os pacientes – o Instituto de Psiquiatria é o novo nome que se deu agora para a Colônia Santana, e quem já tem 60 anos como eu conheceu como Colônia Santana.

A Prefeitura de Florianópolis é a cidade que tem convênio preestabelecido, ou seja, se ela faz o recolhimento de uma internação involuntária, ela tem convênio preestabelecido com o Instituto de Psiquiatria, o IPQ. Nos demais Municípios isso não foi detectado, não encontramos outros convênios com o Instituto de Psiquiatria de outros Municípios aqui do Estado. E o Instituto de Psiquiatria de Santa Catarina tem parceria com o Hospital Universitário, em que as pessoas são internadas por problemas de drogadição ou por problemas de saúde mental, desde que o médico entenda que devam ser internadas para a sua recuperação, e por dois motivos, por não terem mais gerenciamento sobre si ou por colocarem em risco a sociedade. São as duas condições de internação que o Instituto Psiquiátrico aceita.

Nós também constatamos que o Município de Chapecó apresenta um programa de internação involuntária com resultados práticos que podem ser observados. A cidade estabeleceu um convênio com os hospitais da região que fazem tratamento de saúde mental, então ela tem conquistado algumas vagas, só que não conseguimos descobrir quantas vagas estão disponíveis por meio desses convênios. Mas os dois únicos Municípios que conseguimos alguns dados foram esses, Chapecó e Florianópolis, e os resultados me parecem que são satisfatórios.

Aqui temos outro dado extremamente importante (*aponta para a imagem*) para quem quer se internar em Santa Catarina, no particular. Aqui em Florianópolis temos o Instituto São José, que tem um resultado muito bom para atender ricos, pessoas que têm dinheiro, filho de rico tem casa para internar, por que quem pode pagar uma consulta de R\$ 650,00 ou ficar internado por dez dias a um custo de R\$ 9.390,00? Lá no Instituto São José esse é o custo. Então vocês podem ver que o tratamento psiquiátrico e o combate à drogadição é caro, não é barato! Não se encontra tratamento particular de qualidade com preço inferior a R\$ 10 mil por dez dias.

Outro dado importantíssimo é com relação ao que está acontecendo nas Câmaras Municipais, e eu quero chamar a atenção dos Vereadores. Todos os dias, quando eu abro o jornal, eu vejo uma Câmara de Vereadores aprovando uma lei de internação involuntária, mas não vejo nenhuma Câmara de Vereadores, nenhuma Prefeitura fazendo um programa de internação involuntária ou apresentando condição para a internação. [*Transcrição: Clovis Pires da Silva / Leitura: Rafael José de Souza*]



Digo isso porque a internação involuntária que se está fazendo nas Câmaras de Vereadores para o combate à drogadição depende de custeio, de investimento, e onde está o investimento nesse setor? Qual é o Município que está fazendo investimentos? Qual é a Casa que está fazendo convênio? Quantas vagas existem? Quanto se está pagando por essas vagas? Quais são os Municípios que têm vaga? Então, cada cidade está fazendo um projeto de lei, cada uma com um texto diferente, a maioria, na minha visão, totalmente inconstitucional, avançando num tema que é de competência exclusiva de lei federal, em muitas das matérias, e as Câmaras de Vereadores estão fazendo projetos de lei que, efetivamente, significam apenas mais um projeto de lei. Nós não podemos tratar uma questão de saúde pública tão grave como essa, tão dispendiosa, tão cara e tão necessária como essa por meio de um projeto de lei que, se aprovado, vira só mais uma letra morta. Tem que fazer funcionar, a coisa tem que sair do papel e virar prática, senão é só mais uma lei, e olha que lei aqui na Assembleia acho que tem umas cinquenta milhões.

Eu também tenho observado, e aí vamos conversar com os nossos painelistas, que nós já temos uma lei federal que estabelece as regras: determina o que fazer, como fazer, quando fazer, o tempo de internação, a política pública de investimento, a competência. A lei federal estabelece tudo isso, nós não precisamos fazer lei municipal, nem lei estadual para fazer uma coisa que a lei federal já determina o que tem que ser feito.

Então o que nós precisamos fazer? Nós precisamos fazer com que o gestor público crie uma política pública de investimento maciço de recursos para o combate à drogadição, seja na oportunidade de abertura de vagas, na oportunidade de convênios, na oportunidade de oferecimento de tratamento para as pessoas que estão nessa condição. É isso o que nós temos que discutir nas Câmaras de Vereadores e aqui na Assembleia Legislativa junto com os Municípios: quanto dinheiro o Estado vai colocar nisso, porque senão é só mais uma lei. A lei já tem, não precisa fazer lei nas Câmaras Municipais para fazer um programa de internação involuntária, já tem a lei federal, é só obrigar o Município e o Estado a cumprirem a lei federal, e ela separa muito bem o que é internação involuntária da internação compulsória, é bem clara, traz todas as regras específicas em relação a isso.

Então, os tópicos importantes para os quais eu queria chamar a atenção [sobre a lei federal]: a internação pode ser voluntária ou não; a internação involuntária dependerá do pedido do familiar, ou responsável legal, ou, na falta deste, de um profissional habilitado. O que acontece hoje? Hoje, quando nós falamos em internação involuntária na rádio, Promotora, os pais me ligam: Deputado, aqui em casa nós temos que trancar o armário da comida, nós temos que trancar o armário dos sapatos, nós temos que trancar o armário da roupa, porque senão o filho furta as coisas para trocar por drogas. Ele troca os sapatos da mãe, os sapatos do pai, troca as roupas do pai, da mãe, a comida que está no armário, a carne que está na geladeira, por droga. O que eu vou fazer com o meu filho? Eu preciso interná-lo. Aí respondem: ah, desculpe, mas nós não temos vaga para fazer uma internação involuntária. Então, esse é o grande desafio do programa: investimento e custeio.

E para podermos fazer todo esse apanhado, através de um projeto de lei, lá em 2022, que está sendo discutido aqui na Assembleia Legislativa, nós elencamos as diretrizes que estabelecem a internação involuntária em Santa Catarina, mas a base é investimento na política pública, no combate à drogadição, no combate aos moradores de rua e na oportunidade de recuperação. Essa é a base, é a oportunidade de recuperação dos dependentes químicos.

Portanto, o nosso projeto de lei estabelece essa prerrogativa, estabelece as diretrizes, e como ele está sendo discutido aqui na Assembleia Legislativa nós gostaríamos de convidar todos vocês para conhecerem e ajudarem a construí-lo. Esse é o nosso bate-papo de hoje, é o compilamento de um programa estadual de combate à drogadição e de combate aos moradores de rua, ou seja, de como o Estado vai investir



dinheiro nessa política pública, porque sem dinheiro e sem investimento nós só vamos ter um número maior de moradores de rua.

E para encerrar essa minha fala inicial, quero dizer o seguinte: nós temos um grande número de recuperação de drogados em Santa Catarina num trabalho feito pelas casas de recuperação. O número de pessoas recuperadas é extraordinário, o negócio funciona, o resultado é extraordinário. Então todos nós temos que lutar pela ampliação de recursos para esse setor. Essa é a abertura do nosso bate-papo de hoje e espero que vocês tenham compreendido.

Vou passar a palavra para os demais membros da mesa, mas o projeto de lei que nós estamos apresentando aqui é, na verdade, uma política pública de combate à drogadição de Santa Catarina. Em resumo, investimentos maciços voltados à recuperação desses drogados ou das pessoas que optaram por morar na rua em razão da drogadição ou de saúde mental.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

Passo a palavra à doutora Ana Luísa de Miranda Bender Schlichting, Promotora de Justiça e coordenadora do Centro de Apoio Operacional dos Direitos Humanos e Terceiro Setor (CDH) do Ministério Público de Santa Catarina.

A SRA. PROMOTORA ANA LUÍSA DE MIRANDA BENDER SCHLICHTING –

Boa noite a todas as pessoas aqui presentes, quero agradecer ao Deputado Ivan e, em seu nome, estender os cumprimentos a todas as pessoas que me acompanham aqui nesta mesa e também cumprimento de maneira especial todos que nos assistem.

Bom, primeiramente eu gostaria de dizer que é uma satisfação para o Ministério Público de Santa Catarina estar nesta Casa no dia de hoje debatendo esse tema que é tão importante e tão caro também a nós, do Ministério Público. E já inicio dizendo que as mesmas angústias, que eu sei têm sido compartilhadas por toda a sociedade, também são angústias do Ministério Público. Sabemos que a situação das pessoas em situação de rua é realmente um grave problema social, mas não entendemos que seja um problema apenas da área da segurança pública, ele é mais do que tudo um problema de saúde pública, de direitos humanos e tem meios de ser solucionado ou, senão, minimizado. Eu concordo com o que o Deputado disse a respeito da necessidade de investimentos, essa realmente é a base de toda a política pública, mas mais do que isso, nós precisamos de vontade política e de uma real compreensão a respeito da forma como nós podemos lidar com essa complexa realidade.

Então, para nós, do Ministério Público, a base dessa situação é o fortalecimento da política pública. Nós podemos falar, claro, que as internações fazem parte desse complexo sistema envolvendo as pessoas em situação de rua, mas sozinhas as internações não vão resolver esse problema. E por que eu falo isso? Como o Deputado disse, as internações no IPQ, por exemplo, que é o local, via de regra, tecnicamente, que essas pessoas deveriam ir, duram vinte dias, trinta dias. Sem uma política pública consistente, sem um trabalho de fortalecimento de vínculos familiares, de emprego e renda, de habitação, de saúde e assistência social, essas pessoas, apenas com a internação e com a medicação, brevemente retornarão às ruas. E esse é um gasto de dinheiro público, porque na verdade nós estaremos buscando uma solução superficial para o problema. Como eu disse, ela é necessária em muitas situações, tem seus critérios legais, mas sozinha não vai ter condições de mudar essa realidade.

Como o Deputado disse, nós temos nove Centros POPs apenas no Estado de Santa Catarina, que tem mais de nove mil pessoas em situação de rua registradas. O Centro POP, para quem não sabe, é o equipamento socioassistencial que vai atender as pessoas em situação de rua, vai dar o suporte, vai fazer esse trabalho de fortalecimento de vínculos. Então nós estamos aqui discutindo, repito, o investimento em internações e não estamos pensando no Centro POP, que é a base socioassistencial para que as pessoas consigam sair das ruas.

Falando agora dos equipamentos da saúde, a mesma coisa é em relação aos consultórios de rua, aos CAPS. Quantos Municípios têm essa política pública



fragilizada? E aí a sociedade se vê diante daquela situação em que o aumento do número de pessoas de rua é progressivo, mas as próprias pessoas em situação de rua também se vêem numa situação em que não têm para onde correr. Então, nós tentamos solucionar o problema no momento em que já se chegou na internação, mas será que nós pensamos no fato de que, se essa política pública estivesse fortalecida, nós não precisaríamos estar aqui discutindo tanto investimento e tanta internação? Se essa política pública fosse efetiva, se os Creas estivessem estruturados, se as cidades grandes tivessem um Centro POP, se as cidades tivessem um Consultório de Rua e os CAPS estivessem de acordo com a necessidade de cada Município, nós não estaríamos aqui falando de nove mil pessoas em situação de rua.

Um dado que eu considero muito importante – e peço licença aos senhores –, levantado através do diagnóstico do Ministério de Direitos Humanos que conseguiu apurar as causas pelas quais as pessoas chegaram às ruas: 4.009 pessoas, claro que esses números vão se atualizando, mas 4.009 pessoas que estão em situação de rua em Santa Catarina chegaram às ruas por problemas familiares; 4.715 pessoas por desemprego; e, só depois, 2.965 pessoas por alcoolismo e drogas. O que eu quero dizer com isso?

O Deputado trouxe o dado, que eu confesso não conhecia, de que 80% das pessoas em situação de rua, por exemplo, em Florianópolis, hoje fazem uso de drogas, mas muitas dessas pessoas não chegaram às ruas por causa disso. E por que isso é importante? É importante porque, talvez, se nós conseguirmos fortalecer os vínculos familiares, dar condições de emprego e renda, talvez possamos resolver o problema de grande parcela da população. E sabemos que o tratamento para o uso de álcool e drogas é fundamental nesse processo. Muita gente conseguiria ser atendida no CAPS, poderia ter o suporte no Consultório de Rua e, então, nós evitaríamos esse problema que hoje é tão grande e que, realmente, irá crescer cada vez mais. Nós vemos algumas situações que acabam extrapolando e que só estão servindo para violar os direitos humanos e trazer gastos públicos, pois que, sozinhas, não terão força para resolver essa problemática.

Então eu parabenizo a Alesc e o Deputado Ivan pela preocupação com este tema. Eu realmente acredito que este seja um tema de todos nós, isso realmente precisa preocupar a sociedade, mas acho que precisamos estar atentos para não buscar soluções mágicas para algo tão sensível, tão delicado e que extrapola muito o que nós podemos considerar um problema de segurança pública.

É isso. Mais uma vez obrigada pela atenção. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Ivan Natz) – Muito obrigado, doutora Ana Luísa.

Com a palavra o Secretário de Estado da Segurança Pública, Deputado Sargento Lima.

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO CARLOS HENRIQUE DE LIMA (SC) – Se me permite, vou [falar da tribuna] para matar um pouco a minha saudade da tribuna, já aproveitando para cumprimentá-lo, eminente Deputado Ivan Natz, esse Deputado aguerrido que nós temos aqui, esse advogado atuante, militante, esse amigo, esse parceiro, esse pai de família que eu conheci aqui na Assembleia, cujo trabalho valorizo muito. Obrigado, com muito orgulho quero dizer que ele faz parte da mesma fileira do nosso partido. Então, fico muito contente de ver esse tipo de proposição sendo feita.

Em nome de vossa excelência, cumprimento toda a mesa e cada um dos senhores que dispensou o seu tempo, os senhores Vereadores da minha cidade de Joinville e das demais cidades que aqui vieram.

Este é um assunto que eu tenho muito conforto em falar, eu me sinto muito pouco desconfortável em falar desse assunto. Comissão de Prevenção e Combate às Drogas, esse é o nome desta Comissão, de Prevenção e Combate às Drogas.

Gostaria de iniciar a minha fala dizendo para cada um de vocês que eu posso afirmar, com a mais absoluta certeza, que o traficante não está interessado na cor da



sua pele, nem na cor da pele do seu filho, se a pele é branca, se a pele é preta. Ele não está interessado se seu filho é de esquerda ou de direita, se tem origem alemã, polonesa, africana ou judaica. Ele está interessado no cliente dele. É um mercado milionário que perde apenas para o mercado de medicamentos e já supera, inclusive, a indústria de armamentos no mundo.

Por dentro do território nacional passam 80% da droga consumida no mundo, a cocaína, e pasmem cada um de vocês, não nasce um único pé de coca no Brasil, mas ela tem que passar por dentro do território nacional, o Brasil está no trajeto da exportação de cocaína. E essa indústria milionária é uma indústria como qualquer outra, ela vende um produto – nós temos um representante dos diretores lojistas do Estado de Santa Catarina –, é um produto como qualquer outro, não importa a cor, a etnia, a classe social do cliente, ela cria uma campanha de *marketing* em torno do seu produto. Assim, quando você escuta uma determinada música e você se lembra da marca de um cigarro ou de uma bebida, quando você escuta uma determinada música que faz apologia às drogas, você se lembra do produto no mesmo instante. Ela glamoriza essa figura do traficante e como todo bom comerciante eles são multiplicadores, eles querem que o seu produto chegue lá na ponta de toda e qualquer forma.

Porém, muitos se esquecem que atrás desse *glamour* existe uma indústria que é movida por lágrimas de mães, é uma indústria do sofrimento, é uma indústria da dor, é uma indústria da pobreza, é uma indústria da prostituição infantil, é uma indústria da desgraça, é uma indústria da vergonha, é uma indústria da violência. Essa é a indústria do tráfico e infelizmente muitos desses moradores de rua são clientes dessa indústria, que movimenta uma verdadeira fortuna no Brasil, como eu disse, supera a indústria armamentista no mundo, perde para a petrolífera e para a de medicamentos. Esse é um dado, é um volume de dinheiro que nós não conseguimos mensurar o quanto se ganha com isso e se ganha mais ainda politicamente. [*Transcrição: Vera Regina Zacca / Leitura: Marivânia Pizzi*]

Não falta de forma alguma, doutora, vontade política, não falta. Nesses últimos cinco anos, como Parlamentar nesta Casa, eu vejo uma Casa aguerrida, lutando durante todo o tempo para resolver todos os tipos de problema, desde a distância que se pode construir da beira de um rio até o problema das drogas. Nós vemos em Brasília muitas pessoas que lutam contra esse problema diuturnamente. Sou um político e durmo com a minha consciência tranquila e assim conheço vários, praticamente quase todos os Colegas desta Casa militam por essa boa causa.

Nós não precisaríamos estar aqui se numa audiência de custódia alguém que foi pego com 40 gramas de maconha – e é uma quantidade considerável para quem sabe o peso dela – não saísse pela porta da frente. Nós teríamos somente 20% dos nossos problemas. Nós não precisaríamos estar aqui se através de uma audiência de custódia se conseguisse manter o aliciador de menor para vender drogas atrás das grades, fora do convívio social. Realmente nós não precisaríamos estar aqui, esses problemas seriam muito reduzidos.

No mês passado nós tivemos uma reunião na Secretaria da Segurança Pública com a Deputada Carmen Zanotto, nossa Secretária da Saúde, e com a Secretária Kika, para poder balizar e alguns dos senhores que estavam aqui presentes se encontravam naquela reunião, na qual termina a responsabilidade do Município e começa a do Estado. Muitos Municípios se envolvem em programas do governo federal justamente para arrebatar recursos para os seus Municípios e eles têm que dar a contrapartida, que é a montagem do restaurante, a montagem do abrigo, a montagem do albergue, pagar vagas de hotel. Quero levantar uma questão para cada um dos senhores: a lei é para todos, a lei é para todos, inclusive para aqueles que trabalham, inclusive para o cidadão trabalhador, ela não se restringe a um pequeno grupo de pessoas vitimadas pelo infortúnio e, por muitas vezes, por escolha própria. A lei é para todos os brasileiros.

Perguntaram-me: Lima, seu coração não se dobra diante disso? Falei: ele se dobra. Quer praticar uma caridade? Às sete horas da manhã, na fila gigantesca do Sine,



jovens tão pobres como aqueles que optaram pelo caminho das drogas, como aqueles que estão no caminho da rua, estão lá, cinco horas da manhã na fila [tentando] conseguir uma vaga de emprego. E lá pode fazer a sua caridade levando o seu sanduíche, a sua sopa, o seu pratinho de comida para eles. Você estará fazendo um baita favor, e pague o Uber, porque muitas vezes eles vão a pé até o Sine para conseguir sua vaga de emprego. Vejo isso na minha cidade, ninguém me conta.

Patulhei em Santa Catarina por mais de 23 anos, madrugada, dia e noite, também já tive a oportunidade de entrar em casas onde a mãe estava sozinha no centro da sala, com o colchão no chão e o filho acorrentado ao seu pé, porque já tinha levado inclusive a fiação da casa e a casa estava no escuro. A única pessoa que se mantém do lado daquele pobre coitado é a mãe, porque o resto todo da sociedade desiste, até porque não tem obrigação ou mesmo, como muitas vezes, condição de ajudar, de tirar da boca do próprio filho para ajudar um terceiro.

A Secretaria da Segurança Pública, desde o dia 1º de janeiro até agora, retirou das ruas de Santa Catarina 5 toneladas de drogas. O número que me chamou a atenção é que junto dela [retiram], Vereador Brandel, 536 armas de fogo ilegais, nenhuma delas regular, nenhuma! Eram 536 armas de fogo. E esse problema se acumula muitas vezes na violência causada pelos moradores de rua que – como eu disse, meu nobre amigo, meu colega de farda, que com orgulho eu ostento e enverga o brim aqui –, em média, têm 17 passagens criminais cada um. A lei é para todos, inclusive para quem trabalha. O direito de se sentir protegido, o direito de ver o dinheiro dos seus impostos não somente sendo empregado em questões sociais, mas também sendo empregado na pavimentação da sua rua, na qualidade da escola do seu filho, que infelizmente não é parte de uma minoria.

Quero parabenizar o Deputado Ivan Naatz por tratar de regular aquilo que já deveria nem ser palco ou motivo de discussão. Se alguém com menos de 18 anos não pode ser responsabilizado sobre aquilo que faz, quer dizer que se ele já estiver sob o efeito de droga, ele passa automaticamente a poder ser responsabilizado por aquilo que faz e a escolher o seu destino. Decisão essa superada pelo STF, inclusive nós vemos decisões do Ministro Alexandre de Moraes hoje multando quem a pratica.

Nós estamos nos questionando como é duro fazer segurança pública no Estado de Santa Catarina. Sem cliente não há comércio, lembre-se disso. Se alguém sofre com algum dependente químico, algum morador de rua, é porque alguém está ganhando dinheiro com isso.

Nós fizemos um levantamento na Secretaria sobre os veículos que vêm de outros Estados trazendo migrantes aqui para Santa Catarina. Eles estão fugindo de onde, Deputado Ivan Naatz? De Mônaco, da Suécia, estão fugindo de onde? Estão fugindo de ditaduras da América Latina, da fome, da desgraça, da miséria. Venezuelanos chegam aqui e relatam que têm que ceder a mulher para ceder a lascívia da guarda nacional até chegarem à fronteira para poder manter os filhos e a própria família viva e atravessar para Pacaraima, a fronteira para dentro do Brasil. Dos Estados que estão vindo para Santa Catarina, eles estão fugindo da boa administração ou da péssima administração dos seus Estados? Ninguém foge de onde está bom, as pessoas vêm para onde está bom, as pessoas vêm como a mariposa vem atrás da luz, atrás de qualidade de vida e estão achando-a em Santa Catarina, um Estado superavitário em vaga de empregos, ou seja, sobram vagas de emprego. Sobra vaga de emprego no Estado de Santa Catarina! O que nos falta, infelizmente, é a qualificação profissional, porque como digo, nós não conseguimos preparar a tempo esses imigrantes e muitas vezes o nosso próprio catarinense aqui para recebê-los.

Fico à vontade ao me expressar, como eu disse é a minha opinião. Todas elas aqui, e falo para vocês com a mais absoluta certeza, fundamentada, onde não existe o consumidor, o vendedor morre de fome. Na questão do assistencialismo, ele tem que ser visto, sim, para aquela pessoa que realmente precisa. Como eu digo, a desgraça pode se abater sobre a vida de qualquer um de nós e a qualquer momento, não



podemos cuspir para cima, pode bater na nossa porta, mas nós temos que ser cautelosos e vigilantes durante todo o tempo, principalmente com aquilo que pode nos conduzir para uma situação de pobreza, de desemprego, de déficit setorial dentro das áreas vastas que nós temos no Estado, nós conseguimos observar isso. De cada R\$ 100,00 que nós mandamos para o governo federal, nós recebemos R\$ 7,50 de volta, sai caro para o catarinense ser brasileiro. Prestem a atenção nessa frase: “Sai caro para o catarinense ser brasileiro”. E com esse pouco dinheiro que nós conseguimos arrecadar aqui de impostos, não existe outra fonte de arrecadação que não seja a coleta de impostos, ou seja, não vem dinheiro de nenhum outro lugar, não tem uma Cornucópia, uma fábrica de dinheiro atrás da Agrônômica, só vem dinheiro dos nossos impostos e nós temos que saber onde colocar bem esse dinheiro.

Nós estaremos apresentando, Deputado Ivan Naatz, muito em breve, um decreto que regulamenta o trânsito desses moradores de rua dentro do Estado, responsabilizando o Município que muitas vezes se engaja no programa federal para receber benefícios e na calada da noite coloca aquela pessoa fragilizada que vem do interior com problema de alcoolismo, e que quando chega no grande centro é apresentado ao *crack*, à cocaína e à porta de drogas, à porta de entrada de todas as drogas, que é a maconha.

Obrigado por me convidar para vir aqui, Deputado Ivan Naatz, fico muito feliz de participar de cada uma das suas reuniões, sempre são muito proveitosas, pelo menos para mim. Fico contente e, como eu disse, continuamos cautelosos e críticos em relação ao que é feito com o dinheiro dos nossos impostos, para onde ele está indo, o que está sendo feito com ele, como ele está sendo empregado, a quem sustentamos, a quem pagamos caríssimo para resolver um problema, que pode ser resolvido de forma muito mais barata com algumas pequenas mudanças na nossa legislação, que são muito necessárias.

Quero ainda aproveitar esta oportunidade para parabenizar o Governador Jorginho Mello por ter participado, junto com outros Governadores, do Cosud, por ter entregue essas importantes pautas, na semana passada, que tratam da melhor avaliação da audiência de custódia, da fundada suspeita durante a abordagem e da qualificadora do homicídio, quando a mando de facção criminosa.

Muito obrigado e uma boa-noite a todos. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Obrigado, Secretário Sargento Lima, sempre brilhante. Tenho a certeza de que a segurança pública dos catarinenses está em boas mãos.

Com a palavra a senhora presidente da Comissão de Direito da Saúde da OAB/SC, doutora Janaína Lenhardt Palma.

A SRA. JANAÍNA LENHARDT PALMA – Boa noite a todos.

(Passa a ler.)

“Cumprimento todos os membros da Assembleia Legislativa por intermédio do excelentíssimo Deputado proponente desta audiência pública, Ivan Naatz.

É com grande responsabilidade que me dirijo a vocês hoje para discutir tema de tamanha relevância. O Programa Estadual Saúde sem Drogas é enaltecido pela OAB, que vê como fundamental para tratar de todos os tipos de direitos: os direitos humanos, os direitos sociais, os direitos da saúde, o direito do cidadão que paga o seu imposto, o direito de ir e vir também.

Essa proposta legislativa pode se transformar num marco no Estado de Santa Catarina, de modo que nós temos que promover esse debate no sentido de melhorias para a ampliação e o custeio de estruturas de atendimento especializadas, tanto para o tratamento dos pacientes em crise, quanto para a ressocialização desses dependentes químicos.

Contudo, ao considerarmos a implementação da internação involuntária como parte desse programa, é imperativo que nos debruçemos sobre os princípios éticos, legais e humanitários que devem nortear tal medida. A internação involuntária deve ser



vista como o último recurso, porém necessário, aplicado sob rigorosos critérios clínicos e legais, garantindo sempre a dignidade e os direitos da pessoa afetada e de seus familiares.

O crescimento do número de moradores de rua, associado ao aumento da violência e da criminalidade ligadas à dependência química, exige de nós uma resposta que seja ao mesmo tempo eficaz e respeitosa dos direitos humanos. E quando falo aqui em direitos humanos me refiro não só aos direitos dos dependentes químicos, mas também dos direitos dos seus familiares e da população que sofre com essa tragédia social.

Neste sentido, defendemos uma abordagem integrada que envolva principalmente serviços sociais e de saúde mental, priorizando estratégias de prevenção, intervenção precoce e tratamento inclusivo e humanitário.

A OAB/SC, através da sua presidente, doutora Cláudia Prudêncio, está profundamente comprometida na análise desse projeto, demonstrando um engajamento incansável na busca por soluções que harmonizem a proteção dos direitos fundamentais com as necessidades de saúde pública, refletindo o nosso dever ético e social de promover justiça e bem-estar para a sociedade catarinense.

Concluo a minha fala, portanto, reiterando a importância de um diálogo aberto, crítico e construtivo sobre esse tema. O desafio é grande, mas juntos iremos vencer.

Obrigada.” (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Obrigado, doutora.

Convido a fazer uso da palavra a senhora Secretária Municipal de Assistência Social de Campos Novo, Camila Girardi Borges.

A SRA. SECRETÁRIA MUNICIPAL CAMILA GIRARDI BORGES (Campos Novos/SC) – Uma boa-noite a todos os presentes, aos diversos Municípios catarinenses que vemos interessados nesse assunto, na verdade tão polêmico e tão necessário...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Desculpe, permita-me uma intervenção.

Segundo informações da Alesc, temos cerca de seiscentas pessoas acompanhando [a audiência pública] pelo YouTube da Assembleia Legislativa. Então a presença não é só a daqui, mas nós temos o Estado de Santa Catarina acompanhando permanentemente a nossa audiência.

Faço o registro e agradeço a todos aqueles que estão nos acompanhando pelas redes sociais da Assembleia. Obrigado.

A SRA. SECRETÁRIA MUNICIPAL CAMILA GIRARDI BORGES (Campos Novos/SC) – Esse é um sinal, Deputado, de que o assunto interessa a todo o Estado catarinense e talvez até o Brasil.

Pois bem, eu cumprimento a nossa mesa, as nossas autoridades presentes. Agradeço o convite recebido, Deputado Ivan Naatz, Deputado Sargento Lima, que também está presente, o Deputado Lucas Neves e a todos os envolvidos.

A questão dos moradores de rua no nosso Município. Sabemos que Campos Novos, apesar de ter quarenta mil habitantes, é considerado o celeiro catarinense, e isso faz com que chame a atenção das pessoas em busca inclusive de emprego, sendo um dos assuntos que estamos falando aqui. Recentemente, no prazo de um ano para cá, mais ou menos, estamos sentindo uma mudança do cenário no que se refere aos moradores de rua, estamos com parte da nossa equipe aqui que atende essa população e este assunto tanto nos interessa que nos motivou a vir aqui. Por quê? Muitas pessoas estão procurando a nossa região, o nosso Município, em busca de emprego e junto também vem os problemas sociais. [*Transcrição: Grazielle da Silva / Leitura: Djonathan Costa*]

O cenário que nós temos observado no último ano tem nos mostrado uma semelhança, como um dos painéis que o Deputado Ivan Naatz colocou aqui, de que não somente o número de moradores em situação de rua aumentou de forma alarmante



em Florianópolis, como há a predominância de pessoas que não são de Santa Catarina. Podem observar o que ele colocou ali (*aponta para a imagem*), que de cento e poucas pessoas em situação de rua, quatro vezes mais, não pertencem a Santa Catarina, mas estão sendo atendidos naturalmente pela Secretaria Municipal de Florianópolis. E isso se repete em Campos Novos e, provavelmente, em grande parte dos Municípios aqui presentes.

Significa dizer que essa é uma demanda social nova, que talvez até não estava inclusa no orçamento de muitos Municípios recentemente, porque nos preparamos para os nossos projetos, para as nossas ações, para aquilo que nós queremos implementar, e com o crescimento dos nossos Municípios as empresas precisam de mão de obra, que é o que está motivando [a ida dessas pessoas] e junto está vindo essa situação. A drogadição está cada vez mais presente, em menor proporção, claro, em relação ao colocado ali, mas é o que está acontecendo.

Nós precisamos ter uma saída para essa situação, dar um suporte para essa população, mas nós também precisamos ter recursos e saber de onde virão, se será do Estado, que é o caminho natural, e em qual proporção. Nós focamos muito no quê? Na solução, porque o direito de ir e vir das pessoas nós não vamos inibir, não temos como impedir que as pessoas venham. Semelhante à fala do Deputado Sargento Lima, Secretário, nós observamos a mesma coisa, não entrando na polêmica de qual Estado, mas a origem dessas pessoas que estão nos procurando, além de outros países, é exatamente de pessoas que contam a mesma história: falta de emprego, falta de oportunidades, elas são do Nordeste e do Norte do nosso país e vêm para Campos Novos em busca de emprego em duas empresas, três empresas que se destacam, fora outras que eles também procuram, porque eles não têm mais nada a perder lá, eles precisam alimentar a sua família, eles precisam de um rumo.

É isso o que está acontecendo e eu acredito que nos Municípios isso se repita. Temos diversos Secretários aqui e eu percebo que estão acenando, mostrando que é isso o que eles estão sentindo na pele. Então, como iremos achar uma solução para isso? Talvez uma forma seja uma plataforma para quantificar os atendimentos aos moradores de rua, precisamos saber a origem dessas pessoas, o motivo de estarem aqui e fazer uma média. Paralelo a isso, junto ao Município e ao Estado, precisamos ter saídas. Se a pessoa quer uma internação voluntária, nós temos lá parceria com uma comunidade terapêutica que é muito produtiva, nós temos que elogiar o trabalho dela, agora, se a pessoa não quer, é outra coisa. E se for o caso de que cabe ao Município encaminhar, seja em leitos particulares ou não, dentro dessa média de pessoas que fizemos o levantamento anual os recursos deveriam vir, talvez fosse o caminho, fazendo uma média. Digamos: quanto a Assistência Social e a Saúde atenderam naquele ano? Quanto custa, mais ou menos, o tratamento por pessoa? Com base nisso, nós começaremos a quantificar, porque nós teremos que ter um recurso de alguma origem.

Os albergues também são uma coisa que nós temos pensado. O Restaurante Popular também, as pessoas têm que comer, e hoje nós não o temos, mas o pedido de cesta básica só cresce e nós temos que dar vazão para isso.

Deputado, penso que a nossa intenção aqui é achar uma solução, porque o problema está crescente no Estado de Santa Catarina por pessoas migrantes de outros Estados, em parte também de outros países, mas na maioria de outros Estados, do Norte e Nordeste, e nós temos que dar um atendimento para essas pessoas, porque antes de tudo são seres humanos que precisam comer e querem um teto.

Então eu acho que a nossa construção tem que ser nesse sentido, de uma maneira resolutiva, não é?

Agradecemos a oportunidade e nos colocamos à disposição. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Obrigado, Secretária Camila Borges.



Antes de passar a palavra para o Leandro Lima, eu quero fazer uma reflexão com vocês, principalmente aos que são de Florianópolis.

Quando vou caminhar ali na Beira-Mar, pela manhã, eu vejo que as pessoas estão indo para o trabalho, mas os moradores de rua estão indo dormir. Quando passo no centro da cidade, embaixo da marquise do Fórum, da Justiça Federal, em volta da igreja matriz, vejo uma grande quantidade de pessoas de rua dormindo durante o dia, enquanto a população está indo para o trabalho. Isso parece uma coisa simples, doutora, mas isso causa na população um sentimento que é muito ruim, porque o cidadão se vê como cumpridor das suas obrigações, indo para o trabalho, cumprindo com a sua função social, enquanto o outro sujeito está vivendo naquela condição de rua, dormindo durante o dia, sendo alimentado, muitas vezes sem fazer a contraprestação do trabalho. Essa é uma realidade para a qual nós não podemos fechar os olhos.

De um lado nós temos os direitos humanos, tudo isso que nós compreendemos muito bem, a representante da OAB falou muito bem, nós temos toda a questão da Constituição Federal que dá garantias, que vê aquela pessoa com uma condição de ser humano, de dignidade, conforme estabelece o nosso artigo 1º e seus incisos da Constituição Federal, mas, por outro lado, aquela pessoa que levanta pela manhã e passa por baixo da marquise do Fórum para cumprir com a sua missão, que é trabalhar para se alimentar, depara-se com aquelas pessoas que passam o dia dormindo e sendo alimentadas. Isso cria nas pessoas, doutora, um sentimento de... Qual o peso que tem isso? Qual o sentimento de responsabilidade da pessoa com relação a isso? Pessoas que não trabalham, que não têm obrigação com os seus compromissos de cidadãos, não têm compromisso com a sociedade, não têm compromisso com aquilo que nós julgamos importante, na nossa cabeça, com a nossa comunidade. E essas pessoas, muitas vezes, estão sendo alimentadas sem precisar se direcionar ao trabalho e a ter essas responsabilidades.

Então, isso cria um sentimento na população que precisa ser compreendido, porque se assim não for, nós não enfrentaremos o problema. Esse é o peso que eu acho que nós precisamos enfrentar. Ao mesmo tempo em que nós temos que dar dignidade para essas pessoas, elas não cumprem com o seu papel social perante a sociedade. Isso é importante compreender para poder enfrentar esse desafio.

Com a palavra o Secretário Municipal de Assistência Social de Florianópolis, Leandro Antônio Soares Lima, que tem feito um grande trabalho na questão do combate à drogadição dos moradores de rua, aqui em Florianópolis. Parece que a galera gosta de Florianópolis, os números mostram que é a cidade preferida. Também, dormir de frente para o mar (*ri*) não é para qualquer um.

O SR. SECRETÁRIO MUNICIPAL LEANDRO ANTÔNIO SOARES LIMA (Florianópolis/SC) – Obrigado, Deputado, boa noite.

Quero cumprimentá-lo por trazer esse tema para discussão; quero cumprimentar todas as pessoas que estão aqui presentes, a equipe da assistência que me acompanha e também as pessoas que nos acompanham pelo YouTube.

Os desafios para os gestores da Assistência Social são imensos. Todas as falas anteriores foram perfeitas, a sua fala é extremamente reflexiva neste momento (*dirigese ao Deputado Ivan Naatz*), o Deputado Sargento Lima fez uma fala belíssima, e quero cumprimentá-lo, fiquei bastante esperançoso com o decreto que ele fez menção e que vai regular um pouco mais essa questão da vinda de pessoas de outras cidades para Florianópolis; quero cumprimentar, tendo em vista esse desafio de todos os gestores da Assistência Social, a Secretária Cláudia Bassin, de Lages, parceira de discussão e de troca de experiências.

Deputado, dentre todas essas falas, eu quero dizer que nós acrescentamos uma série de regimentos federais que hoje nos colocam cada vez mais nesse desafio. Nós temos os efeitos da ADPF 976, do Ministro Alexandre de Moraes e confirmada pelo plenário, que passaram a ser contabilizados a partir de 21 de janeiro deste ano, e ela



nos aponta e nos empurra uma série de obrigações diariamente. Além disso, nós temos a Lei Padre Júlio Lancellotti, nós temos o decreto presidencial de dezembro do ano passado, que cria uma bolsa de capacitação profissional para as pessoas em situação de rua, no entanto mantém as pessoas nas ruas, nessa mesma bolsa. Então, os desafios que nós temos passado são imensos.

E aproveitando ainda essa fala de possibilidades, queria conclamar a nossa sociedade a não dar esmolas. Se a cidade fosse reconhecida como uma cidade que não dá esmolas, nós teríamos uma quantidade significativa de pessoas que não ficariam em Florianópolis, porque as pessoas se alimentam, elas têm abrigo em Florianópolis. E esse dinheiro auferido nas sinaleiras não vai para a alimentação, não vai para os seus próprios abrigos, simplesmente vai para as drogas e para o álcool, que gera toda a violência. Nós tivemos morte em Florianópolis e nós temos situações costumeiramente de agressão envolvendo o uso excessivo de álcool e de drogas. Então, por favor, todas as pessoas que estão conosco, Deputado, o senhor e a sua liderança, nós precisamos cada vez mais – a cidade vai lançar uma campanha nas próximas semanas –, que as pessoas não deem esmolas, deixando claro onde tem alimentação, onde tem todos os tipos de recursos que a cidade oferece, para que não se dê esmolas.

Eu falo isso com dor no coração. Eu venho de uma realidade, sou cristão, católico, fui doutrinado a minha vida inteira para praticar a caridade, mas nesse momento dar esmolas não é caridade, dar esmolas é encaminhar essas pessoas para um abrigo pantanoso que vive em cada esquina da nossa cidade. Isso que o senhor acabou de relatar, que o senhor presencia todos os dias nas suas caminhadas, tem acontecido na cidade inteira. Então, por favor, vamos nos engajar nisso, não dar esmolas é uma atitude inteligente e adequada para o momento em que a nossa cidade vive, especialmente.

Existe um PL organizado aqui na Casa pelo Deputado Maurício Eskudlark, o PL 198/2023, que me parece teve um problema de vício de origem e acabou sendo vetado, mas eu pediria ao Deputado Sargento Lima que esse PL fosse reapresentado pelo Executivo, porque ele trata do cadastro estadual das pessoas em situação de rua. Nós podemos dividir essa responsabilidade, mas hoje para nós, gestores municipais, é quase inútil. Nós temos os números adequados, Florianópolis tem os números adequados, mas é quase inútil, sob o ponto de vista da estratégia. Se nós soubermos, por exemplo, que alguém está em Florianópolis e que usa costumeiramente os serviços do CadÚnico ou serviços socioassistenciais de outra cidade, fica mais fácil, para uma experiência de resgate de vínculo dessa pessoa, tentar entender de onde ele vem para que ele possa retornar para a sua cidade.

Então, a proposta apresentada, pelo PL 198 era muito boa, eu tinha muita esperança nele, Deputado. Nós discutimos isso na última audiência pública com o Deputado Sargento Lima, ainda na Assembleia Legislativa, em dezembro do ano passado, e se ele pudesse retornar seria bastante importante.

Outra questão que foi abordada aqui em alguns momentos é sobre a tipificação dos serviços. A tipificação existente hoje é de 2009, mas se ela fosse de seis meses atrás já estaria desatualizada, principalmente no que se refere à situação das pessoas em situação de rua. Eu tenho a informação de que o Ministério do Desenvolvimento Social está trabalhando nessa tipificação, mas se todas as entidades, principalmente a nossa Assembleia Legislativa, puderem colaborar para que essa tipificação seja adequada, atualizada, ao que se exige hoje o mais breve possível, seria de extrema utilidade, porque nós temos recursos estaduais e federais que muitas vezes são devolvidos no final do ano, já que nós não podemos usar o recurso porque o serviço não é tipificado. Mas hoje nós temos a necessidade dos serviços existentes, porque eles é que dão conta da demanda que cada cidade apresenta.

Deputado, para finalizar a minha fala, também quero lhe convidar para conhecer os serviços oferecidos em Florianópolis. Nós inauguramos na última quarta-feira um



centro de formação profissional, em parceria com o Senac, voltado para a capacitação profissional – o Rodrigo, nosso companheiro do Conseg do Centro de Floripa esteve na inauguração. A ideia, Deputado, é que essas pessoas sejam capacitadas e encaminhadas ao mercado de trabalho, pois ao serem reabilitadas social e economicamente poderão retornar para as suas cidades de origem de uma forma que não voltem para Florianópolis, porque tiveram a sua situação de reabilitação social e econômica resolvida por meio de capacitação profissional. [*Transcrição: Rafael José de Souza / Leitura: Grazielle da Silva / Leitura Final: Dulce M. da Costa Faria*]

Em aproximadamente trinta dias a cidade também vai colocar para funcionar um centro de convivência-dia totalmente voltado à capacitação profissional, à empregabilidade, ao resgate de vínculos, ao resgate da escolaridade e ao retorno dessas pessoas. A cidade hoje acolhe? Sim, mas a cidade precisa emancipar, as pessoas precisam voltar para as suas famílias, para as suas comunidades, porque a cidade não tem como atender e dar conta dessa demanda.

Os dados apresentados pelo senhor deixam claro que Florianópolis tem uma quantidade enorme de pessoas em situação de rua, e vou lhe dizer mais, Deputado, cada vez mais chegam pessoas em Florianópolis com crianças. Somente na sexta-feira, véspera do Carnaval, chegaram quatro famílias em Florianópolis na rodoviária que tinham dez crianças consigo, sendo que uma família era de outro país, da Argentina, e estava com quatro crianças.

Então essa situação está acontecendo e as crianças estão sendo utilizadas, infelizmente, como massa de manobra, porque vêm e aí o apelo é enorme. E nós temos feito todo o esforço possível para não deixar crianças nas sinaleiras.

Fomos a São Paulo no ano passado fazer uma imersão no fluxo – e quero aqui cumprimentar o Prefeito Topázio –, ficamos alguns dias lá e acompanhamos toda a equipe trabalhando no centro de São Paulo, na área da Sé, e a Janaína que está aqui também estava presente. Lá nós tivemos o relato de que uma quadilha, doutor Redondo, aluga crianças na sinaleira; as crianças não são daquelas famílias e quanto mais novas, mais se paga pelo aluguel daquelas crianças nas sinaleiras. E em Florianópolis nós temos trabalhado diuturnamente para não termos crianças nas ruas. E, em nome disso, as pessoas se valem dessa situação numa espécie de chantagem emocional e vêm para Florianópolis de outras cidades, de outros Estados e de outros países com crianças. Então, essa é uma situação extremamente grave.

Quero mais uma vez agradecer a oportunidade de poder falar e também enaltecer o espaço, pois falar deste tema não é fácil e a sua liderança, nesse sentido de trazer e chamar esta audiência pública, traz luz para este tema que é extremamente importante e nós vamos precisar enfrentá-lo olhando nos olhos de todas as pessoas.

Quero deixar claro também, Deputado, que as estratégias de segurança pública se encaminham muito próximas às estratégias de assistência social, e por conta dessa proximidade, no ano passado a nossa Polícia Militar cumpriu mais de 250 mandados de segurança ativos no Centro de Florianópolis. Isso só em 2023. As situações estão muito próximas, a estratégia de assistência social e a estratégia de segurança pública estão muito próximas, mas estão em paralelo, elas não devem se cruzar, porque ao se cruzarem vamos perder o que a assistência social tem conseguido, que é restabelecer vínculos e fazer com que possamos devolver pessoas as suas origens. Somente em 2023 nós devolvemos às cidades de origem, por meio de processos sociais, 677 pessoas, e devemos chegar, no ano de 2024, ao recambiamento de mais de 1.000 pessoas por conta das estratégias de assistência.

Portanto, se nós misturarmos a estratégia de assistência com a estratégia de segurança pública, vamos perder essa possibilidade do vínculo estabelecido de reencaminhar essas pessoas para as suas comunidades de origem, para as suas cidades e para as suas famílias. Todas as pessoas que estão na rua têm alguém em algum lugar que pode colaborar para que elas voltem para aquela situação. E se elas



voltarem capacitadas, encaminhadas para o mercado de trabalho, com empregabilidade à vista, teremos reais possibilidades de enfrentar essa situação.

Então, muito obrigado mais uma vez. A todas as pessoas que nos assistem, quero dizer que o desafio é enorme – e quero cumprimentar a Cris, que está representando a Secretária Cristina, da Assistência Social, que fala sobre saúde mental em Florianópolis – e, de fato, uma série de ações está sendo implementada no sentido de enfrentar a questão. Não há uma solução fácil, nem uma solução única, a internação não vai resolver sozinha e a capacitação profissional não vai resolver sozinha; o resgate da escolaridade e o resgate de vínculos não vão resolver sozinhos, mas se nós implementarmos todas essas estratégias de forma colegiada e conjunta, nós teremos como enfrentar essa situação.

Mais uma vez digo que é um privilégio estar aqui. Debateremos outro dia na CBN e agora tive a oportunidade de conversar aqui.

Muito obrigado a todos e sigamos em frente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Obrigado.

Com a palavra o senhor Delegado da Delegacia de Polícia de Pessoas Desaparecidas de Santa Catarina, Wanderley Redondo.

Na sequência vamos às inscrições, que devem ser feitas com a nossa assessoria.

O SR. DELEGADO WANDERLEY REDONDO – Boa noite a todos. Cumprimento o Deputado Ivan Naatz e, em seu nome, cumprimento todos os componentes da mesa.

Eu acho realmente que este tema é muito complexo, e se fosse fácil de resolver não estaria alastrado praticamente pelo mundo inteiro.

Eu sou titular da Delegacia de Polícia de Pessoas Desaparecidas do Estado de Santa Catarina, que foi inaugurada em 2013, e a partir daí nós começamos a fazer operações de abordagem e de identificação de pessoas em situação de rua contando com o apoio da Polícia Científica, através dos papiloscopistas, da Polícia Militar, da Polícia Civil, da Prefeitura, através da Assistência Social, e da sociedade civil com seus muitos colaboradores. O nosso objetivo era identificar essas pessoas em situação de rua.

Apenas para vocês terem uma noção, nós enterramos uma média de 35 pessoas como indigentes em nosso Estado, pessoas oriundas de outros Estados e até de outros países, o que nos preocupa muito. E nós procuramos identificar, coletar a impressão digital e, se a pessoa é de outro Estado, nós buscamos o prontuário civil, é feito o confronto das impressões e nós jogamos no sistema aqui de Santa Catarina.

A partir de 2017 formamos a Força-Tarefa DOA, sob a batuta do doutor Daniel Paladino, Promotor de Justiça da 30ª Promotoria aqui da Capital, juntamente com o meu amigo Rodrigo Marques, presidente do Conseg, e começamos a participar ativamente dessas reuniões, a ver soluções para essas pessoas em situação de rua. Depois teve o engajamento da Prefeitura, através da assistente social, da Guarda Municipal, foram muitas reuniões e tivemos muitos avanços. Então, através da DOA, a partir de 2017 nós fizemos mais de duas mil operações na Capital, fora as operações da nossa Delegacia que fizemos em Joinville, Blumenau, Balneário Camboriú, São José e Palhoça.

Deputado, eu sempre gosto de rebater muito os números. Por exemplo, esse número de 3.400 pessoas em situação de rua em Florianópolis, em 2023, eu posso garantir que não condiz com a realidade, não é esse número. Por quê? Eu já fiz esse levantamento quando eram 956, em 2017 – eu solicitei essa relação da Secretaria da Assistência Social do Estado e a partir dali comecei a fazer o levantamento, e muitas pessoas não estão mais aqui, estão em outras cidades do Estado. E por que Florianópolis? Pela facilidade e pelo trabalho que é feito pela Prefeitura de Florianópolis. Então vou chutar meio alto, mas deve estar na casa, talvez, dos 1.500, mas não o número de 3.400 em Florianópolis.



O Secretário Leandro já comentou a respeito do cadastro estadual, esse era um projeto da própria DOA em 2017 para levar adiante. E o que nós pretendemos com esse cadastro estadual? Tanto por parte da segurança pública, como da assistência social e da saúde, o que nós precisamos é saber a trajetória dessas pessoas. Hoje a pessoa está aqui, amanhã está em Biguaçu, aqui pode ser abordada pela Polícia Militar, pela Polícia Civil ou pela Guarda Municipal; foi para outra cidade, foi atendida pela assistente social. Então, por exemplo, da minha parte, como Segurança Pública, eu tenho conhecimento de que ela foi atendida – não interessa para nós saber qual tratamento foi feito, quais medicamentos, não. Mas sabemos que ela esteve naquela outra cidade.

Então, é de suma importância esse projeto para que nós consigamos visualizar o número real de pessoas em situação de rua nas nossas cidades aqui do Estado. Digo isso porque nem o IBGE teve a possibilidade de fazer esse levantamento.

Nós vemos, por exemplo, que às vezes rebatem muito o trabalho que é feito aqui em Santa Catarina, em Florianópolis, chamando de higienistas. Já recebemos várias críticas, principalmente do padre Lancellotti, de São Paulo, mas se desse certo o trabalho que ele desenvolve lá, não teríamos o número alarmante que tivemos em São Paulo. Se não me engano, o Rodrigo que me corrija, foram sessenta mil pessoas em situação de rua em São Paulo. Agora estão fazendo um excelente trabalho, por parte da Prefeitura e do Estado, e esse número está bem reduzido – o Rodrigo esteve lá na semana passada e constatou que está reduzido para praticamente 20%.

Um detalhe que nós mencionamos: nós temos que separar aquela pessoa vulnerável do marginal, porque eles se infiltram muito junto a essas pessoas em situação de rua, e já cansamos de abordar pessoas que estão com mandado de prisão. E o receio que nós temos é chegar num ponto, com essas medidas tomadas pelo STF, principalmente pelo Ministro Alexandre de Moraes, de daqui a pouco, por exemplo, a Polícia ficar atada, a Guarda Municipal, a Assistência Social ficarem atadas e daqui a pouco as pessoas terão que fazer justiça pelas próprias mãos e retirar essas pessoas das ruas. Então, isso é muito preocupante, muito preocupante, e nós pretendemos, de alguma forma, comover a sociedade para que possamos fazer esse trabalho, principalmente com essas pessoas envolvidas com droga, porque realmente tem que ter um tratamento para elas.

Sobre a situação do IPQ, nós debatemos muito com o doutor Paladino para que haja um protocolo, porque não adianta levar a pessoa para o IPQ e lá não ficar mais de dez dias. Então tem que ser um tratamento de, no mínimo, noventa dias e saber, depois que ela sair de lá, o que será feito com essa pessoa. Esse é um trabalho que nós estamos procurando fazer, através da Força-Tarefa, debatendo esse tema para fazer o melhor possível.

Deputado, estamos à disposição para o que for necessário. Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Obrigado, Delegado Redondo, pela fala de vossa senhoria e também pelo trabalho magnífico que o senhor faz em defesa dessa pauta em todo o Estado de Santa Catarina.

Eu quero deixar bem claro, principalmente para quem está em casa, que nós temos moradores de rua por dependência química e nós temos moradores de rua por uma questão social. Os moradores de rua por questão social merecem um tipo de tratamento, que é dar oportunidade de capacitação profissional, etc.; e os moradores de rua sob efeito de drogas precisam da oportunidade do tratamento, na minha visão. Nós temos que dar a oportunidade do tratamento, mas isso custa dinheiro e implica em política pública efetiva do Estado. Eu não posso compreender que eu vou pegar um sujeito que está ali dormindo às 14h, sob efeito do *crack*, e colocá-lo para se aperfeiçoar e fazer um curso para ser um pedreiro, um eletricitista ou um encanador. Ele não vai aceitar. Primeiro ele tem que estar limpo, para depois ser aperfeiçoado. É como eu entendo que tem que ser. Isso que é internação involuntária e estamos conversando no sentido de aperfeiçoar isso.



Com a palavra o senhor Rodrigo Marques, presidente do Conseg do Centro de Florianópolis, por até três minutos.

O SR. RODRIGO MARQUES – Boa noite. Considerando o adiantado da hora, eu vou me permitir pular um pouco a parte protocolar e só cumprimentar o Deputado Ivan e, em seu nome, todas as autoridades, todos os senhores e todas as senhoras que estão aqui, quase 21h, discutindo um assunto tão importante.

Antes de tudo quero me apresentar: meu nome é Rodrigo Marques, estou como voluntário do Conseg Centro, como presidente, faço parte da Força-Tarefa DOA há sete anos, que trabalha com defesa, orientação e apoio às pessoas em situação de rua, e também, como considero isso uma missão de vida, agora sou aluno da UFSC na área de Antropologia, tal o nível de profundidade que eu entendi que esse assunto requisita.

Eu poderia, Deputado, senhoras e senhores, falar sobre diagnósticos, como falamos aqui, que em quatro anos triplicamos o número de pessoas em situação de rua em Santa Catarina - hoje somos o quinto Estado com o maior número de pessoas em situação de rua, considerando o total da nossa população em números relativos. Poderia também falar, como muito bem falou o nosso Secretário Leandro, que enquanto nós tivermos pessoas em situação de rua ganhando R\$ 200,00, R\$ 300,00 numa sinaleira em duas horas, três horas, nós estaremos acorrentando essas pessoas à rua. Você pode dar emprego, pode dar assistência, pode dar o que for, um trabalhador médio brasileiro ganha entre R\$ 150,00 e R\$ 180,00 para trabalhar oito horas – lamentavelmente esses R\$ 200,00, R\$ 300,00, não raro, vão para a droga e vão para o álcool. [*Transcrição: Marivânia Pizzi / Leitura: Eduardo Delvalhas dos Santos*]

Eu poderia também, Deputado, falar da guerra da carne, e para quem não sabe a linguagem policial – e esteve no filme muito conhecido, Tropa de Elite –, nós usamos como analogia quando temos Municípios pegando pessoas e jogando num outro Município, como se fossem objetos. Isso é um fato, acontece aqui em Florianópolis e o nosso Ministério Público, através da Promotoria do doutor Paladino, tem várias evidências disso.

Poderia também, no campo do diagnóstico, falar como o senhor disse, Secretário Leandro, do aluguel de crianças. Nós não temos aqui, mas é uma chaga no Brasil, no Rio de Janeiro, em São Paulo. Uma criança de chão, segundo a linguagem deles, custa R\$ 50,00, e uma criança de colo custa R\$ 100,00 para pedir esmola, porque sensibiliza mais.

Podia também falar da questão dos marginais, como o doutor Wanderley Redondo, que nos ombreia na Força-Tarefa DOA, fala bastante. E quando eu falo de marginais em situação de rua, é por um motivo só: sabem quem são as pessoas mais vulneráveis a esses marginais? Exatamente aqueles que estão na rua, porque as senhoras e os senhores, quando saírem daqui, vão para as suas casas, vão fechar a sua porta, e o sujeito que está na rua?

Muito falamos do menino Talles, Deputado, que foi esfaqueado no Largo da Alfândega aqui em Florianópolis, com 17 anos, mas pouco falamos de duas pessoas em situação de rua que também foram esfaqueadas aqui na Gustavo Richard, Deputado, aqui atrás, quase na frente da Passarela da Cidadania, equipamento que serve a essas pessoas.

E, por fim, na área de diagnóstico, podemos também discutir aqui sobre tese antropológica, existem várias, lamentavelmente quase todas elas fazendo diagnósticos e apontando o “coitadismo”, que é o que move a nossa sociedade: o cara é coitadinho, ele não tem chance, tantas pessoas querem trabalhar. Quantos trabalhadores têm quatro refeições por dia de graça aqui? Quantos trabalhadores têm lugar para dormir; têm dentista, psicólogo, médico? Então, de novo, não que não tenham que ter, mas nós temos que ter uma justiça social de verdade.

Deputado, para encerrar a minha palavra, já que eu só tenho três minutos e procuro me ater, eu vou sair do campo do diagnóstico e vou tentar fazer um prognóstico, que significa, num termo médico, uma tentativa de traçar uma evolução de



uma doença. E isso é uma doença. E aí eu conclamo os profissionais de saúde a entenderem: se vocês acham que está ruim, vai piorar muito.

Eu estive por três vezes, nos últimos seis meses, nos Estados Unidos, exatamente buscando mais informações. Alguém aqui já ouviu falar de fentanil? Drogas K? Opióides ou derivados de opióides? Já viram na Internet aqueles zumbis que vocês vêem nos Estados Unidos, na Califórnia, em Chicago? O senhor falou que esteve na Alemanha e deve ter visto esse quadro também. Isso é seriíssimo. E para nossa tristeza o nosso prognóstico era que isso chegasse talvez em 2025, mas, infelizmente, nós já tivemos um caso, identificamos e estamos atrás, e estamos tentando descobrir se não chegou. E quando chegar, senhoras e senhores, nós não estaremos preparados.

E, por isso, Deputado, para fechar a minha fala, eu queria que esta Comissão de Prevenção e Combate às Drogas colocasse no radar a droga K, o fentanil e todas as drogas zumbis, porque vai ser absolutamente pior do que o *crack* e está na nossa porta. Eu vi, e quem está nos meus grupos sabe, o Secretário sabe, o Delegado sabe, quantos e quantos exemplo nós vimos lá fora, é algo fora do comum. Conclamo quem estiver no YouTube ou quem estiver com celular depois para olhar droga zumbi para ver o tamanho disso, que infelizmente cairá em grande parte nessa população que já tem alto grau de vulnerabilidade.

Por fim e não menos importante, poderia dizer que é um problema global, e sem dúvida nenhuma é, mas tem que ser tratado localmente e eu parabeno cada um de vocês que está aqui a essa hora, nove horas da noite, procurando exatamente um caminho para isso.

Concluindo a minha fala, se me permitem, eu queria dizer que muitas vezes tentam nos desanimar dizendo que nós estamos enxugando gelo. Não, nós estamos evitando o *iceberg*, e ele é muito grande.

Muito obrigado e uma ótima noite. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Obrigado, Rodrigo.

As coisas boas de uma audiência pública é poder ouvir falas desse tipo aqui na Assembleia. Esse é o nosso objetivo aqui, trabalharmos juntos.

Passo a palavra ao nosso Vereador de Joinville, Luiz Carlos Sales, por até três minutos. E enquanto ele se dirige à tribuna, eu quero dizer que a droga K só não está no Brasil porque os traficantes proibiram.

[*O senhor Rodrigo Marques manifesta-se fora do microfone: “Mais ou menos... (ininteligível).”*]

É porque a droga K mata e morto não compra droga (*ri*), então os próprios traficantes, que são mais organizados que o Estado, proibiram o uso da droga K entre os moradores de rua. Mas esse é um debate para outra...

[*O senhor Rodrigo Marques manifesta-se fora do microfone: “Falavam isso do... (ininteligível), Deputado, e está aí.”*]

Com a palavra o Vereador Luiz Carlos Sales, da nossa grande Joinville, por até três minutos. É uma honra tê-lo conosco.

O SR. VEREADOR LUIZ CARLOS SALES (Joinville/SC) – Boa noite a todos. Senhor Presidente Ivan Naatz, parabéns pela audiência.

Sou Vereador na cidade de Joinville e fui eleito pela minha doença do alcoolismo - em julho faço 33 anos na sobriedade -, e Deus me deu a graça de fundar a Pastoral Antialcoólica na cidade de Joinville, que no dia 8 de novembro vai fazer 30 anos. Por sinal, o Luiz Henrique da Silveira foi uma das pessoas que nos ajudou muito nessa Pastoral Antialcoólica.

Eu estou muito triste pelo fato de o governo federal ter encerrado o convênio na quinta-feira passada, dia 30, ele não renovou o convênio, o que é uma vergonha nacional, pois eram pagos R\$ 1.100,00 para as comunidades terapêuticas e foi encerrado. No Brasil em torno de 14 mil pessoas saíram das comunidades terapêuticas e na cidade de Joinville vários, só na opção de vida 32 pessoas saíram da comunidade terapêutica.



Há duas semanas foi feito um seminário em Joinville e uma empresa entregou um diagnóstico nesse evento, que levou um ano e oito meses para ser concluído e não foi barato fazer isso, sendo constatado que 436 pessoas estão em situação de rua na cidade de Joinville. E hoje, por acaso, eu fiquei sabendo de uma coisa para a qual eu gostaria de pedir o apoio de vocês: dizem que as pessoas em situação de rua que têm o auxílio família não entram nesse diagnóstico. Hoje nós estamos pagando um recurso para que as pessoas possam se manter ou manter as pessoas que vendem as drogas.

Outra ação que é bastante preocupante é que o STF diz que nem os pertences dessas pessoas podem ser mexidos, agora imaginem como as pessoas em situação de rua, e aqui vemos várias pessoas fazendo propagandas, trabalhando muito essa questão...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Mais um minuto e meio para concluir.

O SR. VEREADOR LUIZ CARLOS SALES (Joinville/SC) – Aqui foi falado bastante e eu concordo plenamente, pois sou católico e vejo que as pessoas que precisam por causa de uma doença, por causa de desemprego, devemos ajudar, sim. Agora, se nós dermos esmola para as pessoas em situação de rua, estaremos estimulando realmente a pobreza.

Em Joinville é feito um trabalho junto ao Centro POP, junto às casas de passagem – lá nós temos 105 vagas em casa de passagem –, nós temos o Restaurante Popular, o Consultório de Rua, temos mais um programa, o 24 Horas, em que qualquer família, se estiver alguém em situação de rua perturbando ou precisando de ajuda por alguma coisa, existe um contato para chamar essa entidade para que possa ser atendido.

E para concluir a minha fala, quero dizer que é assustador o número que eu vi hoje aqui, de 7.289 pessoas que recebem o Bolsa Família. Isso é assustador.

Obrigado, Presidente, e obrigado a todos os presentes. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Muito obrigado, Vereador Luiz Carlos Sales, que abrilhantou o nosso evento e veio de Joinville para contribuir com o debate.

Com a palavra a senhora Ludmila Castro Malta, por até três minutos.

A SRA. LUDMILA CASTRO MALTA – Estou aqui como cidadã e representante da Secretaria de Estado da Saúde.

Eu tenho trabalhado com populações em situação de rua em torno de cinco anos. O Estado vive um limbo, porque ele não pode exigir que os Municípios façam as coisas, ele tem que estar apoiando e fundamentalmente passando educação permanente, que muitas vezes fica difícil para nós, técnicos, realizarmos.

Mas antes de tudo, eu queria colocar aqui que é uma pauta inerente à Saúde quando falamos de internação, é um objeto de instrumento de intervenção da saúde. Já passou por mim alguns pareceres desta Casa... Desculpe, nem agradei o espaço de fala, mas é porque eu estou preocupada com os três minutos.

Já conheço o Delegado, conheço também o Rodrigo por conta do Ciamp, que se desfez há muito tempo. Mas por receber esses projetos, é pedido para a Secretaria de Estado um parecer, e eu espero ansiosamente que peçam também um parecer nosso em relação a esse [projeto], bem como algumas informações. Às vezes é muito complicado, quando não somos da área da saúde, acessar as informações que a Saúde pode nos viabilizar.

O Ministério da Saúde cuida muito e nesse sentido ele tem um trabalho muito minucioso, só que não é o Estado que retém essas informações, são os Municípios. Então podemos ter essas informações em relação às pessoas em situação de rua, principalmente em relação às pessoas que têm sofrimento pelo uso prejudicial de álcool e outras drogas, no DataSUS e na Sisab. Inclusive a Sisab possibilita um registro para os profissionais que estão na ponta, que são da atenção primária, pelo e-SUS, e para



aqueles que estão na média complexidade via RAAS, que são os CAPS geralmente, e para aqueles que estão na internação pelas AIHs.

Temos que saber também que o Estado de Santa Catarina, infelizmente, oferta mais de seiscentos leitos de saúde mental em hospitais gerais por meio de contratualização, ou seja, o Estado paga; e poucos, em torno de setenta e poucos, por meio de habilitação junto ao Ministério da Saúde – o valor não é baixo, é um valor razoável por conta da internação não ser tão invasiva e não haver necessidade de exames de alto custo, apenas a medicação e a capacidade técnica da pessoa que atende.

Nós temos 115 CAPS no Estado habilitados, dentre eles a expansão, a cobertura é um pouco maior porque muitos são microrregionais, então implicam outras cidades em pactuação junto ao Município-sede. Nós temos pouquíssimos SRTs, que são os Serviços Residenciais Terapêuticos...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Pode concluir.

A SRA. LUDMILA CASTRO MALTA – ...Resolução 487, que está demandando muito a questão dos Residenciais Terapêuticos.

Eu só queria dizer que a diferença entre o veneno e o remédio é a dose, já dizia Hipócrates. E neste espaço de fala eu sinto a falta até de outros atores também, que são aqueles que estão passando pela propriedade de estar na rua, né? Mas isso não vem ao caso e talvez seja nisso que essa militância peca e erra, não estar aqui. Eles tinham que estar aqui escutando tudo aquilo que está sendo trabalhado em prol deles e pensando neles.

Nós estamos aqui à disposição, temos uma capacidade técnica para poder instrumentalizá-los no momento em que vão escrever uma pauta ou até mesmo um projeto de lei. Nós só não podemos intervir no Município, que tem ampla e total responsabilidade em aceitar ou não os serviços a serem instalados.

Eu espero que os Municípios vejam que instalar um bom serviço, com uma boa capacidade técnica, faz com que o cara que esteja na rua queira sair da rua. Então a gente tem que entender que isso não é crônico, isso é pontual e reincide, assim como a Covid reincide. Todos os agravos de saúde podem ser bem tratados quando se tem capacidade técnica para se tratar. E eu espero que vocês nos procurem, nós estamos ali para ajudar.

Era só o que eu tinha a dizer. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Muito obrigado.

Quero registrar que foram expedidos convites para a Secretária da Saúde, para a Secretaria da Saúde, para as Diretorias da Secretaria da Saúde para participarem desta audiência. Eu mesmo liguei para a Secretaria da Saúde para que a Secretária mandasse representante, mas infelizmente a Secretaria não respondeu os nossos convites.

Com a palavra a senhora Cláudia Bassin, Secretária Municipal de Assistência Social de Lages.

A SRA. SECRETÁRIA MUNICIPAL CLÁUDIA BASSIN (Lages/SC) – Boa noite a todos e a todas.

Quero cumprimentar o Presidente desta audiência pública, Deputado Ivan Naatz, o nosso colega Leandro, todas as pessoas da mesa e essas ilustres mulheres que estão aqui contribuindo.

Senti falta realmente da Saúde presente aqui, eu acho que é uma pauta muito importante. Não sei se a nossa colega (*dirige-se à senhora Ludmila Castro Malta*) veio representando a Saúde, mas poderia estar compondo essa seleta mesa, que com certeza teria muito a contribuir, até porque o tema é da área da saúde, né?

Aproveitamos a oportunidade para dizer que enquanto Assistência Social estamos lá no Município, na base, e precisamos, sim, que esta Casa Legislativa apoie e cobre também do Estado e do governo federal a questão dos recursos, porque os



recursos são finitos e as demandas infinitas, e nós que estamos lá na ponta é que sentimos. [Transcrição: Djonathan Costa / Leitura: Vera Regina Zacca]

Acredito que esta Comissão, que fala muito de prevenção e combate às drogas, falou pouco aqui no combate às drogas, que é combatendo o crime, combatendo o tráfico e não somente combatendo o usuário. Num determinado momento aquilo já se tornou uma doença para o usuário, como os nossos colegas aqui já explanaram, tem CID o uso de álcool e outras drogas e a doença precisa ser tratada, precisa ter esse nosso olhar enquanto sociedade, enquanto Poder Público, e acredito que os meus colegas aqui de Assistência Social de outros Municípios sentem isso diariamente nos seus serviços. Lages tem Centro POP, tem Albergue POP, tem Acolhimento POP, tem Abordagem e trabalhamos muito fortemente para dar uma qualidade melhor de vida garantindo os direitos das pessoas em situação de rua e também de uma forma que nós consigamos trabalhar com mais eficiência para não termos situações na nossa comunidade em que violem o direito de outras pessoas, pois ambas as partes devem ter seus direitos assegurados.

Precisamos que esta Assembleia Legislativa seja parceira, combatente, cobrando das autoridades responsáveis o combate ao tráfico do K9, que já está aí, não é novidade, já chegou. Em Lages, e acho que em outros lugares também, eles já estão colocando Bombril junto com o *crack* – imaginem o estrago que isso vai causar na saúde dessas pessoas. Infelizmente, senhor Delegado, não é motivo de risada, é de choro, porque é triste, pois isso vai prejudicar o nosso sistema de saúde, porque é custo para nós, é doloroso, é triste, muito triste, já que atinge todas as pessoas e não somente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Pode concluir, Secretária. A senhora tem o tempo que achar necessário.

A SRA. SECRETÁRIA MUNICIPAL CLÁUDIA BASSIN (Lages/SC) – Obrigado, Presidente.

Atinge todas as pessoas, os familiares dessas pessoas, a sua comunidade, porque ninguém é filho de chocadeira, todo mundo sente na pele e nós, enquanto comunidade, também sentimos. Se alguém dá esmola é porque sente pena e se compadece dessa situação. Então precisamos, sim, que esta Assembleia Legislativa seja parceira dos Municípios, porque a responsabilidade é nossa, mas quanto à capacidade de leito, quem paga o leito, quem compra o leito é a Saúde, é o Estado, não somos nós, Município. Por isso temos que potencializar esses recursos para que possamos ser parceiros... Não que iremos acabar com essa situação, pois é um problema crescente e com a questão climática vai piorar, com a questão das guerras vai piorar a situação de rua, com o problema da Argentina nós acabamos recebendo muitos imigrantes argentinos...

Então nós precisamos dar as mãos e eu acho que este é um momento muito importante para todos nós trazermos as nossas angústias. E, parabéns, Promotora, pela sua fala, eu acho que temos que caminhar juntos.

Muito obrigada e uma boa-noite a todos vocês. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Obrigado, Cláudia.

Eu, recentemente, estive visitando a cidade de Lages, visitando a Cláudia na Secretaria de Assistência Social, que faz um trabalho extraordinário lá em Lages. E sempre que eu percorro as nossas cidades tenho a oportunidade de visitar a Secretaria de Assistência Social para conhecer a realidade do Município.

E um dos traumas mais recentes da minha vida como cidadão, doutora, eu presenciei lá em Lages: pessoas na fila da sopa, jovens, crianças e idosos na fila da sopa; não eram moradores de rua, não eram drogados, mas eram pessoas que dependiam da sopa da Secretaria de Assistência Social de Lages. Essa é a realidade que nós vivemos aqui nos nossos Municípios, completamente diferente da minha realidade, que moro em um prédio no centro da cidade de Blumenau, tenho um bom salário, todos aqui são bem remunerados e os espaços nos quais convivemos são o



nosso clube, essas coisas do dia a dia, não temos convivência com essa situação. E quando você se depara com uma fila da sopa em Lages, você vê o quanto precisamos construir ainda, o quanto precisamos trabalhar, o quanto nós precisamos nos dedicar, quantas políticas públicas precisamos ter, quanto enfrentamento precisamos fazer.

Então, parabéns, Cláudia. Eu estou muito feliz de te ver aqui e leve o nosso abraço para a Assistência Social de Lages, que faz um trabalho extraordinário. Tem um ditado que diz que onde a madeira chega, a pobreza aumenta, e a região de Lages tem feito muita luta para defender aquela gente.

Com a palavra a última pessoa escrita, senhora Janice Merigo, da Fecam.

A SRA. JANICE MERIGO – Boa noite a todas as pessoas aqui presentes. Gostaria de cumprimentar o Deputado Ivan Naatz e em seu nome toda a mesa.

Quero dizer que eu me senti, enquanto trabalhadora do Sistema Único de Assistência Social, bastante contemplada na fala da doutora Ana Luísa, e neste momento eu represento aqui também os 295 Municípios de Santa Catarina, os quais foram bastante citados aqui. E aí nós ficamos bastante incomodados quando falam que o Município não tem serviço, que o Município não faz, que o Município está com uma demanda enorme. Então eu me sinto na obrigação de vir aqui, em nome da Federação Catarinense de Municípios, e dizer o quanto...

E, aí, Deputado, foi muito interessante essa sua fala em relação à fila da sopa, porque nós fizemos uma analogia: nós não queremos mais uma assistência social que seja reconhecida como a fila da sopa (*palmas*), nós precisamos de uma assistência social que tenha recursos públicos, porque não se faz política pública sem recurso. E eu acredito que uma das falas que foi feita aqui diz respeito à vontade política, mas nós sabemos o quanto a Assembleia Legislativa, independente de questões partidárias, tem pautado assuntos de extrema importância, só que não é dessa pauta política que nós estamos falando, quando nós falamos em pauta política é colocar recurso, é colocar dinheiro.

Então, quanto de recursos temos colocado fora de política pública, fora da saúde, fora da educação? A assistência social é a última que lembramos. E hoje a política pública da assistência social garante proteção social às pessoas. Então quando o Delegado fala que as pessoas chegam lá [na Delegacia] e a Polícia talvez tenha atendido, a referência precisa ser: passar por uma acolhida, por um atendimento da política pública da assistência social, que é a política pública que garante a proteção social.

Quando falamos aqui em cadastro das pessoas, se todas as pessoas passassem pela acolhida da assistência social quando em situação de vulnerabilidade social, em situação de rua, e fossem inseridas no Cadastro Único, não precisaríamos estar discutindo cadastramento ou novos sistemas de cadastramento de pessoas em situação de rua, porque elas são pessoas que estão em situação de rua, como nós temos pessoas que estão em outras situações.

Então eu queria, enquanto Fecam, só reforçar que temos feito um trabalho bastante significativo com os Municípios, com os gestores municipais, e estão alguns aqui que não me deixam mentir sozinha, vamos dizer assim, em parceria com a própria Secretaria de Estado da Assistência Social, temos aqui as colegas representando a Secretaria de Estado da Assistência Social, no sentido de avançarmos na questão dos comitês municipais voltados à política para a população em situação de rua.

O Município de Campos Novos, que é um Município de quarenta mil habitantes, e o Município de Flor do Sertão, que tem dois mil habitantes, precisam ter um comitê intersetorial envolvendo saúde, assistência, educação, segurança pública, para pensar políticas a fim de não chegarem onde chegamos aqui em Florianópolis, em Lages, em Joinville. Então, nós precisamos chegar antes, nós precisamos pensar nesses comitês, nós precisamos colocar recurso em política pública e, aí, passa pela Assembleia Legislativa ter recurso para a assistência social, ter recurso para a saúde, ter recurso para a educação, para a segurança pública, enfim, porque senão vamos continuar, sim,



enxugando gelo quando a demanda já está generalizada, como é a questão desses grandes Municípios, e o Município pequeno vai continuar dizendo que ele não tem nada a ver com isso, que a população em situação de rua passa, mas vai embora, que o Município não é o lugar da pessoa escolher onde quer ficar, porque mesmo que eu não more lá em Campos Novos eu tenho o direito de escolher morar em Campos Novos, e aí Campos Novos tem que ter recurso na assistência, na saúde e na educação para também acolher, assim como tem que ter a questão do emprego e da renda para a autonomia e não para a dependência.

Então, eu quero só reforçar que vimos fazendo um trabalho incansável e eu sei que a Assembleia faz o seu trabalho incansável, mas nós também fazemos um trabalho incansável de garantir política pública. E não é blá-blá-blá, não é mi-mi-mi, é política pública, é pensar todas as pessoas vivendo em todas as cidades e com todos os direitos que são garantidos.

Eu penso que seja isso. Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Obrigado, Janice, que falou muito bem aqui em nome da Fecam.

Nós notamos que o debate sempre é dividido em duas esferas, a esfera da assistência social, daquele que vive a condição social de morador de rua, e aquele debate da pessoa que está na rua como dependente químico. Precisamos sempre separar isso, porque se nós não separarmos, não conseguiremos captar recurso para as duas coisas. Eu não sou formado nisso, eu não sou um especialista em assistência social, por isso que vocês estão aqui para ajudar a construir esse texto. Nós temos que saber separar isso, o morador de rua pela questão social e o morador de rua pela drogadição.

Consulto se alguém da mesa gostaria de fazer uso da palavra antes de encerrarmos a audiência. (*Pausa.*)

Senhores, eu agradeço profundamente a presença de todos vocês e daqueles que estão nos acompanhando pelas redes sociais em todo o Estado de Santa Catarina.

Quero dizer que o Projeto de Lei 85/2022 foi produzido aqui na Assembleia Legislativa pelo meu gabinete como uma proposta de unificação e de regramento pelo que já estabelece a Lei 13.840. Então há três anos nós apresentamos o texto de lei, consertamos, fizemos reparos, debatemos e apresentamos o projeto de lei em 2022 que, de fato, é uma política pública de enfrentamento ao morador de rua, à doença mental, apresentando-se como uma proposta efetiva de unificação da legislação catarinense.

E eu gostaria de convidar todos vocês para conhecer o texto do Projeto de Lei 85/2022, mandem sugestões para a nossa rede social, @deputadoivannaatz ou pelo e-mail aqui da Assembleia Legislativa, deputadoivannaatz@gmail.com, para contribuir com o texto, para que nós possamos aperfeiçoá-lo, esse é o nosso objetivo, aperfeiçoar o debate sem bandeira partidária, sem ideologia, mas pensando efetivamente em avançar nesse tema tão complexo que vivemos, que não é só nosso, é do País e até mundial, mas ele está cada vez mais perto da nossa casa.

E o nosso sentimento como cristão? Isso nós estamos perdendo. Quando você vê uma pessoa dormindo num banco da rua, descalço, muitas vezes sem o que vestir, qual o teu sentimento de cristão ao passar por aquela pessoa? É achar que aquilo é normal? Se for um cachorro dormindo no banco da praça, nós nos preocupamos muito mais do que, às vezes, com um cidadão que está ali naquela condição. Essa é a realidade que nós estamos vivendo hoje. Se um cara desses cair na calçada e quebrar uma perna, se não for a assistente social, se não for um especialista para ir lá e levá-lo ao médico, ele morre ali. Se for um cachorro, tem trezentos para atender.

Então nós temos que nos indignar com isso, como cidadão que nós somos, como pessoa humana, como cristão! E é isso o que nós estamos tentando fazer aqui na Assembleia Legislativa, construindo um texto de lei que é o texto do dinheiro, este é o texto do dinheiro, pois nós estamos obrigando o Estado a criar uma política pública de



dinheiro no negócio, e não fechar os olhos para essa realidade. Nós estamos fechando os olhos para essa realidade, estamos passando por cima sem fazer nada, e não podemos fazer isso, temos que tratar isso como saúde pública, como política pública de Estado, e política pública de Estado significa todo mundo trabalhar pela mesma causa e destinar recursos para investimentos nesse setor.

Eu quero fazer uma reflexão, principalmente com as Câmaras de Vereadores de Santa Catarina que têm apresentado projeto de internação involuntária. Nós temos hoje, se os números estiverem corretos, cerca de dez mil pessoas nessas condições, e se nós recolhermos 30%, serão três mil pessoas. Onde nós vamos colocá-las? Qual tratamento daremos para elas? Quem vai custear isso? Qual vai ser o resultado prático? Quanto dinheiro é preciso para fazer isso? Nós não temos essas respostas, então isso precisa ser tratado com muito mais seriedade, com muito mais comprometimento, e o projeto de lei que nós apresentamos aqui vem nesse sentido.

Eu estou muito feliz por ter vivido esta noite com vocês e ter discutido isso aqui na Assembleia Legislativa com a seriedade que ela sempre trata todos os seus temas. O projeto não foi votado, está aqui para ser construído, para ser melhorado. Mas iremos agora apertar a Secretaria da Saúde, estivemos na Secretaria da Assistência Social e a Secretária disse que isso não é um problema da assistência social, mas é! Ela foi convidada para vir aqui, ela disse que não era problema dela. Então nós não vamos deixar fugir do debate e vamos estar sempre aqui, como eu disse, à disposição para melhorar o texto. Eu espero que ainda no primeiro semestre nós possamos colocar isso em votação, que não seja nada inconstitucional, que não seja nada que fira a dignidade da pessoa humana, que seja verdadeiramente um texto de deveres e obrigações, como toda essa população espera, porque se não fizermos algo, eles não têm condições de fazer por eles mesmos.

Muito obrigado a todos vocês e continuamos no debate permanente. Nada mais havendo a tratar, dou por encerrada a audiência pública. *(Ata sem revisão dos oradores.)* [Transcrição: Eduardo Adami / Leitura Final: Siomara G. Videira]

**DEPUTADO ESTADUAL IVAN NAATZ
PRESIDENTE DA AUDIÊNCIA PÚBLICA**